

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

ATIVIDADES HUMANAS E TERAPIA OCUPACIONAL

FERNANDA DESUÓ GOMES

POR UMA TERAPIA OCUPACIONAL NÃO OPRESSORA:

PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE TERAPEUTAS

OCUPACIONAIS SOBRE PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS

PRÁTICAS PROFISSIONAIS

SÃO CARLOS – SP

2021

FERNANDA DESUÓ GOMES

**POR UMA TERAPIA OCUPACIONAL NÃO OPRESSORA:
percepções e experiências de terapeutas ocupacionais sobre
papéis sociais de gênero e suas práticas profissionais**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Terapia Ocupacional apresentada ao Departamento de Terapia Ocupacional (DTO) como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharela em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Nome da Aluna: Fernanda Desuó Gomes
Curso de Graduação: Terapia Ocupacional
Orientadora: Prof^ª Dr^a Carla Regina Silva
Departamento/Centro:
Departamento de Terapia Ocupacional/ CCBS

SÃO CARLOS – SP

2021

“Minha perspectiva é de que a vida é certamente mais vivível quando nós não estamos confinadas, enquanto pessoas, a categorias que não funcionam para nós. A tarefa do feminismo, a tarefa da teoria e do ativismo queer, a tarefa da teoria e do ativismo trans, é seguramente a de fazer com que respirar seja mais fácil, com que andar pelas ruas seja mais fácil, com que encontrar uma vida vivível seja mais fácil, obter reconhecimento quando necessitamos tê-lo, uma vida que possamos afirmar com prazer e alegria, mesmo em meio a dificuldades...” (Judith Butler)

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a todas as mulheres incríveis que viveram e que lutaram antes de mim. A todas as mulheres da minha vida. A todas as mulheres que me ensinaram e que fizeram parte da minha trajetória na terapia ocupacional. A todas as mulheres pretas, LGBTI+, com deficiência, entre muitas outras, que me ensinaram outros lugares que não o meu de mulher cis branca. Agradeço a todas que lutam e que correm comigo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Carlinha por ter sido uma inspiração todos esses anos. Por me ensinar sobre os afetos e sobre uma T.O. diversa. Agradeço a minha mãe Paula, por ser meu apoio e minha estrutura todos esses anos. Meu pai Alexandre, por me fazer chegar até aqui e sempre me incentivar a estudar. Ao meu amigo Gabriel, por me aguentar nesse processo, por sempre me ajudar, seja na correção, em dicas, ou na sua companhia nos momentos difíceis.

Agradeço aos terapeutas ocupacionais que aceitaram participar da pesquisa e que compartilharam suas percepções acerca desse tema tão necessário na terapia ocupacional. E também aos terapeutas: Leticia, Marina, Valentina, Fernanda e Rodolfo que me auxiliaram na correção e nas sugestões do questionário aplicado.

Agradeço com muito carinho a minha turma 015 por terem sido a melhor parte da minha graduação. As pessoas com quem eu pude me transformar e viver a melhor fase da vida. Amo todas e todos do fundo do meu coração.

Agradeço a todas as pessoas que lutam diariamente por uma vida mais leve e para que tenham seus direitos de expressão de gênero reconhecidos. Agradeço por me inspirarem para que essa luta também seja uma ação da terapia ocupacional.

Agradeço a Fernanda pelo apoio e por aceitar o convite em ser a parecerista deste Trabalho de Conclusão de Curso. E agradeço ao Departamento de Terapia Ocupacional e a todas as professoras e professores que tornaram esse momento possível.

RESUMO

A presente pesquisa configura-se como quanti-qualitativa e tem como tema as concepções de gênero no contexto das práticas em Terapia Ocupacional a partir de uma perspectiva feminista decolonial. Teve como objetivo analisar as percepções de terapeutas ocupacionais sobre gênero e suas experiências acerca dos papéis sociais baseados no sexo/gênero durante suas práticas profissionais. Para coleta de dados, foi produzido um formulário com perguntas múltipla-escolha e espaço para comentários e relatos descritivos. A pesquisa contou com a participação de terapeutas ocupacionais que atuam há, pelo menos, dois anos em qualquer região do Brasil e em diferentes áreas da Terapia Ocupacional, a fim de identificar a possível reprodução nas práticas profissionais de sistemas hegemônicos de poder (*status quo*) e normas em relação a papéis sociais, bem como as possíveis discussões e reflexões disparadas a partir desta temática. A apresentação e análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de tabulações no programa Microsoft Excel®, enquanto as respostas advindas das questões abertas foram agrupadas a partir de temáticas associadas: a) *os conceitos sobre gênero*; b) *como as normas e papéis de gênero são representados nas práticas de Terapia Ocupacional* e c) *reflexões das/dos/des profissionais em relação a essa temática*. Os resultados foram discutidos sob a luz dos referenciais teóricos da Terapia Ocupacional e de uma perspectiva feminista decolonial, apontando para a urgência do aprofundamento das questões de gênero no campo da Terapia Ocupacional a fim de contribuir para a produção de saberes e práticas transformadoras, centradas nos direitos sociais e na pluralidade e diversidade de existências e cotidianos.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Papel de Gênero; Terapia Ocupacional; Prática Profissional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil das/os/es participantes em relação à idade	25
Gráfico 2: Perfil das/os/es participantes em relação ao gênero	26
Gráfico 3: Função que as/os/es terapeutas ocupacionais ocupam atualmente	29
Gráfico 4: Setor no qual as/os/es terapeutas ocupacionais exercem seu trabalho atualmente	30
Gráfico 5: Estados em que as/os/es terapeutas ocupacionais exercem a atuação profissional	30
Gráfico 6: Curso/ ciclo de vida das pessoas com quem as/os/es terapeutas ocupacionais trabalham atualmente	31
Gráfico 7: Gênero das pessoas com quem as/os/es terapeutas ocupacionais trabalham atualmente	32
Gráfico 8: Ano de formação das/os/es terapeutas ocupacionais	33
Gráfico 9: Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca das discussões sobre questões de gênero durante a formação	35
Gráfico 10: Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca da importância do debate sobre gênero enquanto estudantes de terapia ocupacional	36
Gráfico 11: Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca da importância do debate sobre gênero nos dias atuais	37
Gráfico 12: Percepção sobre as atividades terapêuticas ocupacionais relacionadas ao gênero	41

Gráfico 13: Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais acerca das possíveis interferências de seu próprio gênero na atuação profissional	43
Gráfico 14: Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais sobre dificuldades ou problemas em relação ao gênero na prática profissional	48
Gráfico 15: Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais se a profissão deve questionar e repensar as reproduções dos papéis sociais de gênero nas práticas	50

SUMÁRIO

RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Papéis Sociais de Gênero e a Terapia Ocupacional	16
2. OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral	19
2.2 Objetivos Específicos	19
3. PERCURSO METODOLÓGICO	20
3.1 Metodologia quanti-qualitativa	20
3.2 Perspectivas Feministas	20
3.3 Participantes da Pesquisa	21
3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão	21
3.5 Materiais e Métodos	22
3.6 Procedimentos Éticos	23
3.7 Análise dos Dados	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 Caracterização das/os/es Participantes da Pesquisa	25
4.2 Atuação Profissional	28
4.3 Formação Acadêmica	33
4.4 Questões de Gênero e a Terapia Ocupacional	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE 1 Termo de consentimento livre e esclarecido	67
APÊNDICE 2: Formulário Reflexões de Terapeutas Ocupacionais sobre Papéis Sociais de Gênero e Prática Profissional	70

1. INTRODUÇÃO

O conceito de gênero vem sendo construído a partir de diferentes perspectivas (LAVINAS, 1997; LOURO, 2011; BUTLER, 2010; BUTLER apud LOURO, 2010; AMBROSIO, 2020). Dessa forma, muitas construções acerca do tema têm sido realizadas buscando questionar e repensar a reprodução de normas, os papéis sociais, as relações de poder e dominação, os quais vem conduzindo e definindo a organização social das sociedades atuais.

Os aspectos de gênero, segundo Bicalho (2013, p. 42) “são construções sociais e culturais que irão variar de acordo com o período histórico e que se referem aos componentes psicológicos e culturais que cada sociedade determina do que seja apropriado para o masculino e o feminino”. Nesta direção, Kergoat (2009, p. 67) também aborda que “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais”.

Assim sendo, os padrões e normas ditam os comportamentos e ações que mulheres e homens devem seguir na sociedade (BICALHO, 2013). Este modo de pensar predominante limita, divide e estrutura a sociedade em duas metades, reconhecendo que ao nascer, existem diferentes regras e papéis atribuídos ao sexo biológico (SARMIENTO et al, 2018).

Os papéis sociais se referem àquilo que se tornou característico em relação aos comportamentos e atitudes dos homens e das mulheres no contexto social. Dessa forma, retrata as diferenças de responsabilidades, estatutos, expressões e o lugar social que são definidos a partir do sexo, gerando expectativas sociais quanto aos papéis femininos e masculinos que compõem a formação da identidade de gênero (FERNANDES, 2009).

Logo, a identidade de gênero é definida como uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, ou seja, inclui o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero como vestimenta, o modo de falar, maneirismos, entre outros. Expressões estas que não necessariamente correspondem ao sexo atribuído no nascimento (REIS, 2018).

Considerando esse panorama, destacam-se também as discussões acerca dos conceitos “sexo” e “gênero”, nas quais apresentam-se disputas narrativas entre o discurso anatômico (biológico) e o sociocultural, no qual sexo se relaciona às características fisiológicas, enquanto gênero se relaciona a uma dimensão subjetiva e cultural, sendo esses conceitos muito utilizados e difundidos no contexto social (LAVINAS, 1997; LOURO, 2011; BUTLER, 2010; BUTLER apud LOURO, 2010; AMBROSIO, 2020). De acordo com, Oka e

Laurenti (2018) esses conceitos são importantes, pois, revelam, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura.

No entanto, Judith Butler (2010) em seu livro 'Problemas de gênero', afirma que tanto sexo quanto gênero são construídos socialmente e que, portanto, não é possível conceber o primeiro como natural (FIGUEIREDO, 2018).

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2010, p. 25).

Ainda segundo a autora, a performance do corpo não tem nada de natural, ou seja, é construída ao longo do tempo em que a criança é educada pelos instrumentos sociais de poder, e que levam essa criança a se transformar em mulher, ou em homem. As distinções entre gênero e sexo foram utilizadas por teorias feministas com intuito de dar ênfase ao caráter construído da identidade das mulheres (FIGUEIREDO, 2018).

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2010, p. 59).

Para Lavinias (1997, p. 16), o conceito de gênero é compreendido como “relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses”.

Butler (2010), discute que “sexo” além de funcionar como norma, também se configura como parte de práticas regulatórias que produz os corpos que governa. Assim, “sexo” não é uma condição estática do corpo, mas materializado através de práticas regulatórias. Destarte, como explica Louro (2001) em relação a Butler, as sociedades vão construindo normas que regulam e que materializam o “sexo” dos sujeitos, e para que essas normas se materializem, devem ser constantemente repetidas e reiteradas socialmente..

É nesse sentido que Butler (2010, p. 111) discute gênero como performativo, pois, “o fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas

pelas quais sua materialização é imposta”, essas normas possuem, portanto, um caráter performativo.

A sociedade tem se organizado assumindo diferentes formas de poderes sob os corpos, os quais definem papéis sociais, relações de dominação e subordinação, privilégios de um corpo em relação ao outro e diferenças na forma como cada corpo deve ou não atuar, ser e estar no mundo.

Esses poderes podem ser definidos, principalmente, como os sistemas gerados pelo racismo, pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelos processos de colonização (DAVIS, 2011; RIBEIRO, 2017; AMBROSIO, 2020). Torna-se imprescindível, portanto, compreender a dimensão estrutural e dominante dessas estruturas que pautam aspectos socioeconômicos e culturais, e revelam importantes raízes da discriminação, das desigualdades, das violência e injustiças sociais que caracterizam as relações em todo o mundo e que refletem, também, a questão de gênero (BORIS e CESÍDIO, 2007).

Os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres aprisionam ambos os gêneros, mas, a sociedade patriarcal e a masculinidade hegemônica, acabam por definir às mulheres, papéis constituídos e marcados por esferas de subordinação e vulnerabilidade em relação aos homens:

[...] na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao gênero masculino. O homem tinha o dever de trabalhar para dar sustento à sua família, enquanto a mulher tinha diversas funções: de reprodutora, de dona-de-casa, de administradora das tarefas dos escravos, de educadora dos filhos do casal e de prestadora de serviços sexuais ao seu marido (BORIS e CESÍDIO, 2007).

Essa relação demonstra as diferenças de papéis baseados em gênero desde o período colonial, e que ainda permanecem nas relações sociais atuais. Nessa lógica reserva-se ao gênero feminino as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos e ao gênero masculino as funções de prover e tomar as decisões pela família, mantendo assim, as diferentes responsabilidades. Sendo assim, o trabalho realizado pelo homem é valorizado, enquanto à mulher cabe, sobretudo, a função reprodutiva e o trabalho doméstico, destacando-se em relação ao último, significativa desvalorização no contexto social, quando comparado a outras produções de trabalho (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, observa-se que as desigualdades na distribuição das tarefas e atribuições permanecem latentes, pois, o cuidado

com a casa e os filhos, por exemplo, segue como uma das funções a serem desempenhadas, principalmente, pelas mulheres, condição que acarreta em duplas e triplas jornadas de trabalho (BIROLI, 2018). Assim, além de estarem no ambiente de trabalho e, quase sempre, em trabalhos menos favorecidos que o dos homens, precisam exercer as atividades domésticas e de cuidado, de maneira protagônica e, em muitos casos, sem acesso a redes de suporte e apoio (SORJ, 2013).

Kergoat (2009) em relação a essa forma de divisão social do trabalho, indica que existem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher).

Por um lado, a divisão sexual do trabalho doméstico é crucial na configuração do mercado de trabalho. Os homens estão em uma situação privilegiada porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas e inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar (SORJ, 2014).

A permanência desta concepção de masculinidade como hegemônica, contribui para a ascensão dos homens na hierarquia de gênero (SARMIENTO et al. 2018), bem como pela “configuração de práticas de gênero que legitimam o patriarcado” (CONNEL, 2003, p. 116), garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (SARMIENTO et al, 2018).

Isto posto, é possível afirmar que além de existir diferenças de papéis sociais marcados por construções de gênero, estes papéis são constituídos por hierarquias de poder, nas quais as mulheres se alocam em lugares de desvantagem (SANTOS e OLIVEIRA, 2010). Numa lógica similar ao que é produzido a partir dos sistemas capitalista e imperialista, a exemplo das relações de empregador/empregado; colonizador/colonizado, nos quais o lugar do oprimido é ocupado majoritariamente por grupos socialmente desfavorecidos, entre outros eixos de dominação, definidos por marcadores sociais, tais como raça e classe.

Em vista disso, além de pensar na influência e nas circunstâncias do patriarcado como estrutura de organização e reprodução da vida e dos corpos, o capitalismo, também deve ser considerado, pois, configura uma esfera de poder nas sociedades modernas, atuando como sistema de relação de expropriação e dominação, que manipula a vida e age, principalmente, sobre os corpos femininos (NARVAZ; KOLLER, 2006), sobre os corpos diversificados que são caracterizados como vulnerabilizados, isto, é, nos quais os marcadores sociais de gênero;

raça; classe; sexualidade; geração e deficiências os alocam em lugares de discriminação e desigualdade (AMBROSIO, 2020).

Esta construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social. [...] Assim, podemos afirmar que o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal. (SANTOS e OLIVEIRA, 2010, p.14).

Ao analisarmos, então, a combinação desses fatores, é importante considerarmos o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo como sistemas articulados entre si, pautados nos mecanismos de dominação/exploração, lógica que contextualiza e gera relações desiguais, inclusive as que dominam e oprimem as mulheres (SANTOS e OLIVEIRA, 2010).

Além disso, se faz necessário neste campo de estudo, destacar que essas definições sobre gênero estão alicerçadas sob uma perspectiva hegemônica, enraizadas no processo ocidentalizante e eurocêntrico.

Daí, a importância da produção de análises e reflexões acerca destes processos, a fim de identificar a forma como estes marcadores sociais da diferença, tem sido abordados. Especificamente, no caso deste estudo, como gênero tem sido compreendido considerando-se que, uma vez, que este conceito não seja retratado de maneira mais aprofundada, pode invisibilizar ou até silenciar outras realidades, pois, “significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 9).

Nessa perspectiva, as definições de gênero produzidas a partir de uma única concepção e lugar social, tais como as construções desenvolvidas por feministas brancas e localizadas no centro, não englobam as realidades de inúmeras outras mulheres, plurais e diversas, que tem produzido conhecimento situado e pautado em suas vivências e especificidades, tais como os aportes teóricos e práticos produzidos pelas correntes feministas negras e decoloniais (OYĚWÙMÍ, 2004; DAVIS, 2011; RIBEIRO, 2017; MORRISON e ARAYA, 2018; SANTOS, 2018; AMBROSIO, 2020).

A abordagem e discussão de gênero a partir de uma perspectiva universal, uma história única, tem sido criticada por inúmeras estudiosas e pensadoras do campo (DAVIS, 2011; RIBEIRO, 2017; AMBROSIO, 2020), que afirmam que esse conceito da forma como foi concebido, mostra-se característico às vivências de mulheres anglófonas/americanas e

brancas e, portanto, insuficiente para contemplar as experiências e desafios enfrentados por mulheres que não estão situadas neste grupo normativo.

Como discute Oyěwùmí (2004), em diversos contextos africanos, o conceito de gênero configura-se como uma noção alienígena, pois é estranha e distante das experiências vividas pela população africana, sustentando assim, a noção de que gênero se apresenta e compreende de forma diferente a partir do contexto em que estamos nos referindo.

Ainda de acordo com Oyěwùmí (2004), grande parte da teoria feminista está fundamentada na família nuclear ocidental, portanto, gênero nessa perspectiva, não abrange a intersecção de raça e classe, por exemplo. Pois, tendo como unidade de análise, o lar da família nuclear, no qual confere-se à mulher o papel social, sobretudo de, esposa, faz sentido que o feminismo branco ocidental não considere raça ou classe, variáveis que não são consideradas neste modelo de núcleo familiar, enquanto base da pirâmide social (RIBEIRO, 2017)

Gênero deve ser pensado a partir da intersecção entre raça/etnia, classe social, orientação sexual, contexto, entre outros, como esclarece Djamila Ribeiro (2017, p. 9), pois “[...] ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões”, e, como coloca Davis (2011) a importância de não criar primazia de uma opressão em relação a outras.

Segundo Colling (2016), na década de 1980, o feminismo atravessou uma de suas crises, em que a discussão acerca da categoria mulher, até então compreendida como branca, cisgênero, heterossexual e pertencente a classes sociais com maior poder aquisitivo, usada por muitas feministas, excluiu diversas mulheres, pertencentes a outros grupos, tais como as mulheres lésbicas, em especial as lidas como masculinizadas; as travestis; as transexuais; as mais pobres e as negras (pretas e pardas), bem como indígenas, entre outras.

Fica nítido, então, a coexistência de diferentes realidades e contextos, que podem sofrer mais ou menos consequências advindas das diferentes relações de poder e dominação que existem em seus contextos sócio-históricos culturais.

Dessa forma, faz-se necessário abordar o tema sob a luz das noções daquele grupo social em específico. Ou seja, abordar sobre lugar de fala nos auxilia a pensar sobre lócus social, sobre inserções e acesso, visto que a vida e os diferentes marcadores sociais, tais como gênero, podem e são percebidos e experimentados de acordo com os contextos em que determinados grupos e pessoas estão alocados (RIBEIRO, 2017).

Logo, "lugar de fala," como contribuição dos feminismos negros, não se reduz à postura de partilhar experiências individuais, mas diz respeito a explicitar experiências

historicamente compartilhadas por grupos localizados nas relações de poder” (SANTOS, 2018, p. 2). “Pensar em ‘lugar de fala’ significa pensar as especificidades das condições sociais que constituem as relações de poder entre diferentes grupos” (SANTOS, 2018, p. 2).

Em vista disso, o conceito de lugar de fala propicia um fortalecimento acerca do debate sobre opressões vividas que se distinguem entre os grupos na sociedade. De modo que, diferentes grupos se compreendem a partir de suas vivências coletivas, suas condições de raça, classe, sexo, orientação sexual, gênero, bem como suas diferentes formas de experienciar a vida.

Torna-se imprescindível, portanto, destacar que as mulheres pretas, mulheres lésbicas, bissexuais, transsexuais, travestis, mulheres pobres, mulheres com deficiências, entre outras expressões de vida das mulheres, serão grupos que irão vivenciar de formas diferentes os processos de opressões, exclusões e desigualdades existentes. Ou seja, não é possível retratar gênero e primazia de um sexo em relação ao outro de maneira universal sem considerar a intersecção das diferentes opressões (AMBROSIO, 2020; DAVIS, 2011).

Logo, capitalismo e patriarcado agem de formas diferentes conforme o lugar social de pertencimento dos sujeitos/populações, oprimindo significativamente àqueles/àquelas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo branco.

Todos esses aspectos discutidos propiciam maior arcabouço teórico sobre o tema, possibilitando compreender como gênero pode ser definido, onde suas contradições podem gerar tensões e de que forma é possível englobar outras realidades, outros feminismos, outras expressões que não estejam necessariamente ligadas aos mecanismos imperialistas, do capitalismo patriarcal e da cultura ocidental.

Ressalta-se, neste estudo, portanto, a relevância de questionarmos também o binarismo homem/mulher, sendo importante considerar diferentes expressões e performances de gênero. De acordo com Reis e Pinho (2016, p. 14), é importante entender gênero como um espectro, flutuante entre os polos feminino e masculino.

O sistema binário sexual influencia a construção da identidade dos sujeitos mantido por meio de um jogo dualista, definido por polos sexuais biológicos (macho ou fêmea), polos de gênero (papéis sociais de homens ou mulheres) e orientação sexual (voltado ao prazer heterossexual); no qual define-se um esquema de poder pautado na heteronormatividade (REIS e PINHO, 2016). Deve-se, portanto, questionar esse esquema de poder, considerando as possíveis e diferentes expressões de gênero.

Como retrata Butler (2016, p. 32), “o gênero é incitado por normas obrigatórias que demandam que nos tornemos um gênero ou outro (comumente dentro de um molde

estritamente binário)”, isto é, a reprodução de gênero é sempre uma negociação com o poder, na qual corpos são construídos culturalmente, a partir de uma linha coerente entre sexo-gênero-desejo e prática sexual, sendo essa linha o motor da heteronormatividade compulsória. Sendo assim, quanto mais distantes desta linha, considerada coerente ao esquema cisheteronormativo, mais suscetíveis estaremos a sofrer violência.

É nessa perspectiva que Butler (2016) evidencia que uma pessoa, ao viver enquanto um corpo com reconhecimento indevido, ou seja, que não segue a linha coerente entre sexo - gênero e desejo sexual, é mais passível de sofrer violências; insultos; assédios; discriminação; marginalização econômica; violência policial e patologização psiquiátrica.

As normas de gênero implicam no modo pelo qual um sujeito aparece no espaço público, quem terá, ou não, acesso a benefícios, quem será criminalizado com base na aparência ou mais sujeito a sofrer abuso e violência policial, quem não conseguirá proteção pela lei, quem conseguirá mais facilmente um emprego, quem será estigmatizado e com menor poder político de ação e atuação no mundo (BUTLER, 2016).

Enquanto sujeitos sociais, que exercem direitos civis, nos relacionamos diariamente com o outro e com o sistema, sendo fundamental, portanto, pensar de que forma o sistema estará nos julgando ou protegendo.

Com base nestas considerações, questionamos os papéis sociais, as relações de poder e dominação que estruturam a sociedade e mantém os corpos e vidas estigmatizados e vulnerabilizados a partir de estruturas que se sustentam na produção de desigualdades e exclusões de grupos populacionais que carregam em seus corpos e histórias marcadores sociais da diferença (RIBEIRO, 2017).

1.1 Papéis sociais de gênero e a terapia ocupacional

Considerando-se o campo de conhecimento da Terapia Ocupacional, que tem, em suas práticas, a produção de relações com diferentes grupos populacionais, bem como a análise e ação no cotidiano, a partir da compreensão das subjetividades destas populações, como estratégia para garantir sua inserção e participação social, bem como o exercício de sua autonomia, acesso a direitos, a transformação dos corpos e do viver (AMBROSIO, 2020). Assim, compreender como as características e os mecanismos exploratórios do sistema capitalista patriarcal afetam as relações de poder - inclusive de gênero – nos instrumentaliza enquanto profissionais e seres políticos, possibilitando identificar onde esses processos se

alimentam e onde são reproduzidos no nosso cotidiano, potencializando desigualdades pautadas nas diferenças.

Como agentes de salud reconocemos que para hacer visible las relaciones de poder que también nos implican, para repensar las prácticas desde esta perspectiva, es necesario desprenderse de los modelos referenciales anteriores. Nos exige reflexionar sabiéndonos atravesados por configuraciones de poder que nos implican directamente en las dimensiones subjetiva, profesional y política (TESTA; SPAMPINATO, 2010, p. 177).

A Terapia Ocupacional, sendo um campo no qual busca-se compreender e transformar o cotidiano, as subjetividades e as ocupações com as quais os sujeitos se relacionam e engajam, pode promover contribuições acerca das influências e construções de gênero neste âmbito. Isto é, por meio das ocupações, podemos reproduzir (ou não) modelos patriarcais e sexistas que irão impactar a forma como as pessoas se ocupam, a partir de distinções de gênero (MORRISON e ARAYA, 2018).

Se comprende entonces que variadas ocupaciones desempeñadas por las personas, pueden ser definidas por y desde un ámbito social, el cual genera un papel constructor, a través del cual va determinando ciertas secuencias de realización de estas ocupaciones, es decir, quien debe hacer la ocupación, quien no puede, cómo se debe hacer, de qué manera, en qué momento, etc. (SARMIENTO et al, 2018, p. 167).

É preciso considerar, portanto, que existem diferenças em relação a ocupações, rotinas e hábitos de acordo com o gênero das pessoas. Sendo necessário abordar gênero nas análises das atividades feitas pelos terapeutas ocupacionais (CANTERO et al, 2012).

Em vista disso e das discussões propostas por Morrison e Araya (2018), se pensarmos a Terapia Ocupacional enquanto uma profissão política, com potencial para a transformação social e o empoderamento, temos a responsabilidade e a possibilidade de (juntos à sociedade) desnaturalizar e questionar as lógicas binárias e sexistas instituídas, a fim de incluir em nossas práticas e ações as perspectivas críticas de gênero e feminismos decoloniais, sabendo que as práticas da Terapia Ocupacional estão diretamente relacionadas aos condicionantes de gênero, classe e raça (MORRISON e ARAYA, 2018; AMBROSIO, 2020), produzindo conhecimento e práticas engajadas na construção de uma sociedade mais igualitária, capaz de transpor os papéis definidos a partir da branco cisheteronormatividade.

A Terapia Ocupacional, nessa perspectiva, tem um importante papel a partir do reconhecimento e reflexão acerca do potencial que existe nas ocupações e nos espaços cotidianos, sendo estes, possíveis influenciadores de transformações sociais e não apenas

como um instrumento para acomodação ao meio (AMBROSIO, 2020; MONCLÚS, 2011). Assim sendo, a Terapia Ocupacional potencializa e reconhece “a capacidade transformadora da atividade humana” (TESTA; STAMPINATO, 2010, p. 177).

Ao abordarmos as questões de gênero, papéis sociais, relações de poder e a necessidade de considerarmos os diferentes contextos sócio-histórico culturais dos grupos, desvela-se um debate promissor e transformador das práticas e das relações entre os profissionais e os pacientes/clientes/usuários atendidos, seus ambientes de trabalho, seu modo de analisar as atividades, os contextos, as habilidades e o desempenho ocupacional.

Portanto, se consideramos que o ser é um conjunto de suas relações e que o mesmo se encontra imerso em sistemas socioeconômicos e técnicos de cultura e contexto histórico, a exemplo do capitalismo patriarcal e imperialista ocidental, suas ocupações e atividades humanas estão sendo influenciadas por esses processos (SANTOS, 2018).

As pessoas encontram-se, então, em situações de desigualdade de oportunidades e acesso, devido às disparidades entre gêneros, condições de vida e de trabalho insalubres, diferenças de classe, ao racismo, entre outros.

Panorama que produz consequências negativas para a autonomia individual e coletiva, bem como para o exercício da cidadania dos sujeitos, como aponta Monclús (2011, p. 14) utilizando Foucault sobre o poder, este “*puede ser contemplado como una acción que guía las acciones, intenciones y decisiones de las personas – si bien dejan una parte çibre para actuar, molde alas vías a través de las cuales los individuos ejercen su libertad*”.

Tendo em vista essa concepção para a Terapia Ocupacional, é preciso refletir sobre nossas influências nas ações e decisões dos sujeitos, baseadas nas relações de poder que envolvem nossas práticas e a relação com o outro.

A Terapia Ocupacional é um campo, portanto, com muito potencial para questionar e transformar as estruturas que ancoram os sistemas de opressão, produtores de desigualdades e exclusões (MONCLÚS, 2011; MORRISON e ARAYA, 2018) Mesmo que nossas práticas ainda estejam articuladas a teorias e crenças, majoritariamente ocidentais e hegemônicas (FIGUEIREDO et al, 2018) é nosso papel, enquanto terapeutas ocupacionais, compreender o que esses sistemas produzem, como estratégia para produção de uma prática livre das opressões.

Ambrosio (2020) discute o pensamento crítico na Terapia Ocupacional, bem como seu potencial de transformação e mudança da sociedade, pautado em uma prática que busca atender as demandas sociais das pessoas com as quais trabalhamos. A autora defende uma

prática e uma produção científica descolonizadora, que esteja preocupada com os contextos sociais e que caminhe na direção de romper com os sistemas de opressão.

Para tanto, Ambrosio (2020) aborda em seu estudo as questões de raça, gênero e sexualidade, bem como a interdependência entre essas estruturas de opressão, apontando como caminhos possíveis de enfrentamento a análise e compreensão destas categorias enquanto fundamentais para a composição das produções científicas e práticas na Terapia ocupacional, a fim de romper com as estruturas de poder hegemônicas.

Neste sentido, ressaltamos a importância de uma Terapia Ocupacional descolonizada e descolonizante numa perspectiva intercultural (ZANGO, 2013), capaz de alcançar discurso e prática com identidades próprias e que não esteja sujeita aos valores hegemônicos relacionados à cultura dominante (AMBROSIO, 2020).

Partindo destes pressupostos, o presente estudo se propõe a retratar em maior profundidade as diferenças entre os papéis sociais baseados em normativas hegemônicas, compreendendo as práticas de terapeutas ocupacionais e suas percepções sobre gênero, a fim de contribuir para reflexões acerca das relações de poder e desigualdades, presentes em nossa sociedade, e possível desconstrução de práticas que estejam reforçando e/ou se pautando em estereótipos de gênero.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as percepções de terapeutas ocupacionais sobre gênero, sobre os papéis sociais baseados (ou não) em normativas hegemônicas e sua relação com as intervenções/práticas em Terapia Ocupacional.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar a percepção de terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais baseados no conceito de gênero;
- ✓ Correlacionar e compreender como as construções de gênero pautam o campo da Terapia Ocupacional e suas práticas atuais;

- ✓ Mapear e discutir a possibilidade de criação e produção de práticas em Terapia Ocupacional à luz de uma perspectiva crítica, decolonial e feminista.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa se pauta em uma metodologia quanti-qualitativa, de caráter descritivo, tendo como objetivo identificar e analisar as percepções das/os/es terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais de gênero, a fim de compreender estas construções em relação às suas práticas profissionais. Para tanto, foi produzido um questionário *online* na plataforma Google® como instrumento para coleta dos dados. Os resultados obtidos foram discutidos a partir dos pressupostos teóricos da Terapia Ocupacional crítica e as epistemologias feministas decoloniais.

3.1 Metodologia Quanti-qualitativa

Em uma pesquisa quanti-qualitativa, delinea-se a busca pela associação dos significados pessoais e relacionais, assim como a representação de dados estatísticos de um universo específico a ser analisado. Segundo Taborda e Rangel (2015), ambas a metodologias são complementares, podendo expressar a partir de um conjunto de resultados dimensões distintas do mesmo fenômeno.

Taborda e Rangel (2015), afirmam que os dados qualitativos contribuem para manifestações da subjetividade dos sujeitos da pesquisa, assim como a do pesquisador, desta forma complementam a pesquisa quantitativa a fim de explicar a complexidade da realidade, tornando-a assim, mais holística. Neste caso, a utilização da pesquisa quanti-qualitativa foi adotada para ressaltar os dados, oferecendo um panorama geral das respostas das/os/es terapeutas ocupacionais sobre a questão de gênero, a relação com a Terapia Ocupacional e suas práticas profissionais.

3.2 Perspectivas Feministas

Como referencial teórico, optamos pela construção das discussões, a partir das perspectivas feministas, que potencializam a compreensão das desigualdades que marcam a sociedade atual, especificamente, para este estudo, as desigualdades de gênero (RODRIGUES; MENEZES, 2012).

Para tanto, parte de produções críticas deste arcabouço teórico, compreendendo que as categorias raça e classe devem estar intrínsecas às discussões de gênero. A pesquisa em questão, se pauta, então, nas produções feministas decoloniais a fim de manter um posicionamento político comprometido com as mudanças sociais (OYĚWÙMÍ, 2004; NARVAZ e KOLLER, 2006b; SANTOS e OLIVEIRA, 2010; TESTA e SPAMPINATO, 2010; DAVIS 2011; MONCLÚS, 2011; CANTERO et al, 2012; FIGUEIREDO, 2018; MORRISON e ARAYA, 2018; SANTOS, 2018; AMBROSIO, 2020).

Considerando-se que existem muitas formas de se fazer ciência, este estudo busca apresentar e discutir os resultados da coleta de dados, com base no pressuposto de que as desigualdades existentes na sociedade atual, são produzidas pela intersecção de diferentes categorias de opressões, tendo como foco as desigualdades ocasionadas pela questão de gênero.

3.3 Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com a participação de terapeutas ocupacionais que exercem a profissão há, pelo menos, dois anos com o intuito de mapear e compreender suas percepções sobre as questões de gênero e o modo como se relacionam com suas práticas. As/os/es profissionais que participaram da pesquisa são de diferentes áreas da Terapia Ocupacional e de diferentes partes do Brasil, possibilitando maior diversidade de respostas e ampliando os debates sobre o tema em questão.

3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios definidos para inclusão e participação na pesquisa, foram:

- Atuar como terapeuta ocupacional há, pelo menos, dois anos;
- Trabalhar em alguma região do Brasil;
- Exercer o trabalho em alguma área da Terapia Ocupacional;
- Ter acesso à internet.

Como critérios para exclusão:

- Não ter se formado no Brasil;
- Ser estudante;
- Nunca ter atuado como terapeuta ocupacional;
- Não atuar no Brasil;

- Recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 1).

3.5 Materiais e Métodos

Para coleta dos dados, foi produzido pelas autoras um formulário, intitulado “*Reflexões de Terapeutas Ocupacionais sobre Papéis Sociais de Gênero e Prática Profissional*” (Apêndice 2) tendo sido hospedado *online*, por 39 dias, na plataforma Google®, com perguntas abertas e fechadas de múltipla escolha, a fim de permitir a expressão pessoal de conceitos e a captação de resultados mais coletivos. O formulário foi dividido em cinco seções:

- 1) Seção para apresentação da pesquisa e dos critérios de inclusão e exclusão para compor/participar da pesquisa;
- 2) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- 3) Seção sobre as/os/es¹ profissionais, compondo perguntas acerca da idade, gênero o qual se identificam, a área, público alvo, categoria e região em que exercem a profissão atualmente;
- 4) Seção sobre a formação das/os/es profissionais, compondo questões sobre o ano em que concluíram a formação, instituição de ensino, se houveram discussões sobre a questão de gênero durante a formação e se essas discussões eram e são importantes para as/os/es terapeutas ocupacionais;
- 5) Seção sobre questões de gênero e a prática profissional, abordando sobre a compreensão que cada terapeuta possui sobre gênero, se eles realizam atividades relacionadas ao gênero dos participantes de sua atuação profissional e as influências e interferências que gênero pode deslocar nas suas práticas.

Para divulgação do questionário, foi construído um plano de comunicação, realizando uma extensa divulgação através das redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp), possibilitando maior abrangência de participantes, inseridos em diferentes regiões do Brasil e áreas de atuação, buscando contemplar maior diversidade de experiências. Participaram da

¹ Serão utilizadas as contrações de gênero masculino, feminino e o uso do **e** para representatividade de gêneros dissidentes.

pesquisa, 61 terapeutas ocupacionais de diferentes regiões e estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal.

A divulgação do convite aos terapeutas ocupacionais para participação na pesquisa foi realizada pelas redes sociais do grupo de pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional, além das páginas pessoais das pesquisadoras no Instagram e Facebook. Também foram realizados convites por e-mail e pelo *Whatsapp*® para alunas/os/es e ex alunas/os/es da Universidade Federal de São Carlos e de outras universidades do Brasil, grupos dos quais participam as pesquisadoras, , além das divulgações produzidas pelos próprios participantes da pesquisa para outros/as/es terapeutas ocupacionais, em um movimento semelhante à técnica de *snowball* (VINUTO, 2014).

O processo de divulgação ocorreu durante os meses de dezembro/20 e Janeiro/21, tendo sido recebidas respostas entre os dias 02 de dezembro de 2020 até o dia 11 de janeiro de 2021, totalizando 39 dias para coleta dos dados. Foram obtidas respostas de 62 terapeutas ocupacionais, que correspondiam aos critérios de inclusão. Entretanto, devido duplicação de respostas, considerou-se como 61, o número de participantes válidos nesta pesquisa.

3.6 Procedimentos Éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, órgão que autorizou a realização do estudo, através do Parecer Consubstanciado nº: **4.371.876**.

Todos/as/es as/os/es participantes da pesquisa responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declarando que entenderam os objetivos, riscos e benefícios de sua participação na pesquisa, concordando em participar e em divulgar os dados solicitados anonimamente.

Todos os preceitos éticos para a realização da pesquisa foram cumpridos.

3.7 Análise dos Dados

A partir dos resultados, foram realizadas tabulações para a análise das respostas pelo programa Microsoft Excel®, gerando gráfico com a apresentação dos dados obtidos nas perguntas fechadas de múltipla escolha.

As questões abertas foram analisadas a partir do agrupamento de temáticas associadas sobre:

- Suas percepções sobre o conceito de gênero;
- Como as normas e papéis de gênero são representados nas práticas de Terapia Ocupacional e;
- As reflexões das/dos/des profissionais em relação a essa temática.

Também foram realizados cruzamentos de dados para identificar conteúdos e agrupamentos de respostas específicos, se possuem diferenças em relação ao perfil das/os/es participantes, bem como outras experiências pessoais e profissionais sobre a temática central abordada.

Os dados foram analisados a partir de uma perspectiva feminista decolonial tendo sido identificadas as conceituações sobre gênero pelas/os/es profissionais terapeutas ocupacionais assim como as expressões deste marcador em suas práticas.

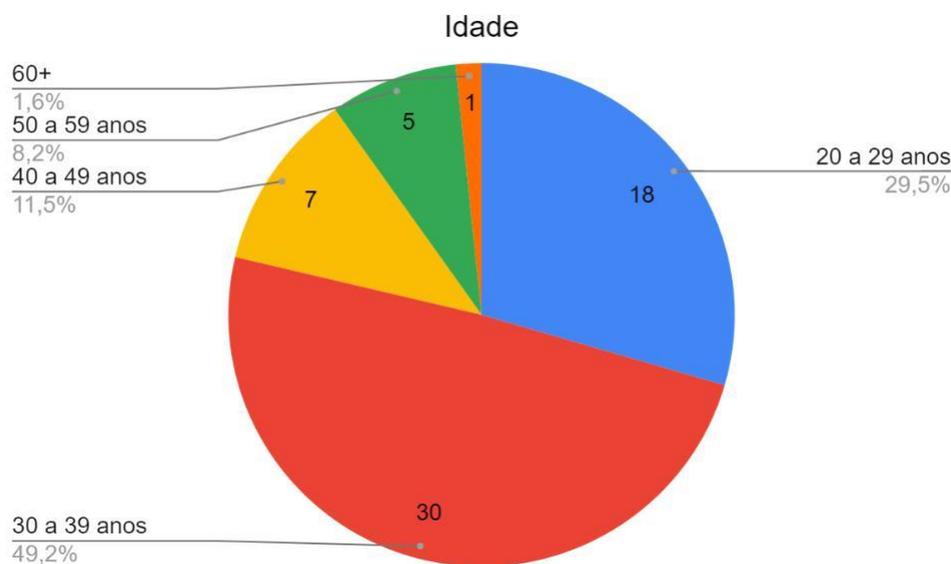
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo apresenta os resultados deste estudo, obtidos a partir da coleta de dados, bem como as discussões propiciadas com base nos referenciais teóricos das epistemologias feministas decoloniais, numa perspectiva crítica sobre os desdobramentos da categoria gênero e os papéis sociais nas práticas da Terapia Ocupacional, por meio da percepção de terapeutas ocupacionais, atuantes no campo em diversas áreas e regiões do Brasil.

4.1 Caracterização das/os/es Participantes da Pesquisa

Em relação ao perfil das/os/es profissionais foram mapeados dados referentes a faixa etária, gênero e formação acadêmica. O gráfico 1 demonstra predomínio na participação de terapeutas ocupacionais entre 20 a 39 anos, totalizando 48 pessoas. Sendo expressiva, também, a participação de profissionais com 40 anos ou mais, neste caso com participação de 13 pessoas, sendo um/a/e profissional com mais de 60 anos.

Gráfico 1 – Perfil das/os/es participantes em relação à idade (N=61)



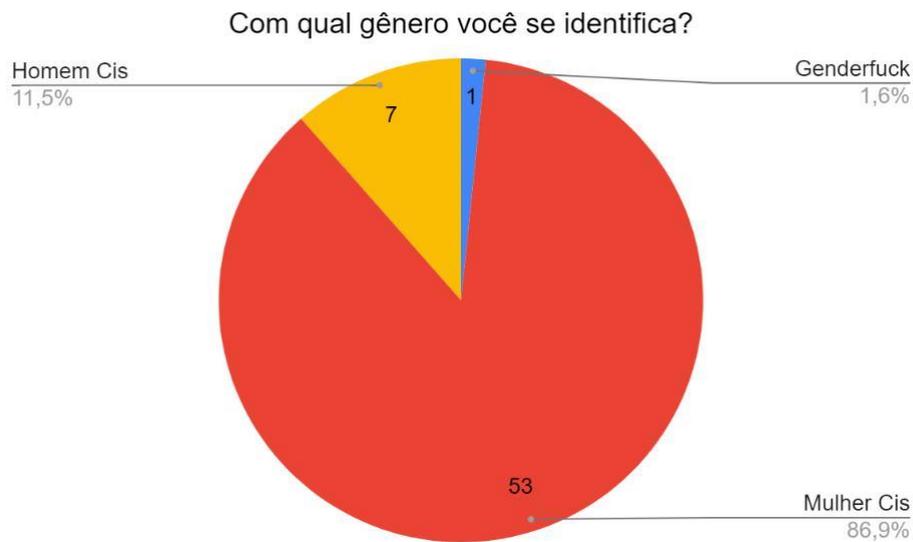
Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao gênero que as/os/es profissionais se identificam, identifica-se maior participação de mulheres cisgênero (termo utilizado para caracterizar pessoas que se identificam com gênero de nascença), representando 53 mulheres participantes, (86,8%) do total. O gráfico também mostra a participação de homens cisgênero, compondo sete homens

participantes (11,5%) da pesquisa. Além destas duas expressões de gênero, o termo “genderfuck” foi utilizado como resposta para esta categoria da pesquisa.

De acordo com Sedgwick (2016), “Genderfuck” refere-se a performances que embaralham e jogam com identidades, papéis e personificações tradicionais de gênero de maneira proposital, ressaltando suas ambivalências e instabilidades.

Gráfico 2 – Perfil das/os/es participantes em relação ao gênero (N= 61)



Fonte: Elaboração própria.

É interessante pontuar que historicamente, a Terapia Ocupacional foi construída como uma profissão majoritariamente feminina, tanto pelos estereótipos que estabeleciam os requisitos para seu desenvolvimento, isto é, a habilidade para o cuidar, quanto a própria prática que se dá no cotidiano e, portanto, abarca e inclui atividades e ocupações relacionadas ao espaço domiciliar, compreendido também como local de protagonismo das mulheres (FIGUEIREDO et al, 2018).

Neste sentido, diversas profissões se desenvolveram influenciadas pela segregação de gênero, de maneira que as categorias de trabalho e atividades exercidas por mulheres, se materializam a partir das ações e papéis que eram compreendidos, socialmente, como função ou relacionados ao gênero feminino (FIGUEIREDO et al, 2018).

Sendo a Terapia Ocupacional, portanto, desde os seus primórdios lida e entendida como profissão feminina (TESTA e SPAMPINATO, 2010), devido sua ação de cuidado desenvolver-se por meio do uso o de atividades manuais, artesanais e terapêuticas, condição que influencia a falta de inserção de homens no seu campo de conhecimento e atuação, “o

enraizamento da presença feminina na profissão ainda é observável” (FIGUEIREDO et al, 2018). Dentre as razões para manutenção destes estereótipos e baixa adesão de homens inseridos nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional , destaca-se a falta de perspectiva financeira e o baixo *status* conferido a profissão (FIGUEIREDO et al, 2018) . Nesse sentido, muitos homens demonstram maior interesse por profissões que oferecem maior poder e *status*.

Percebe-se assim o quanto uma estrutura social pautada em papéis sociais guiados por estereótipos de gênero, influencia o campo da Terapia Ocupacional desde a sua criação até os dias de hoje (CANTERO et al, 2012), demonstrando como o padrão de normas pode vir a definir a forma como as pessoas se colocam no mundo, nas escolhas e posições que assumem, distintamente de acordo com seus gêneros. Como, por exemplo, a percepção da sociedade em relação a papéis e comportamentos considerados femininos como o cuidar, assim como o *status* que o homem deve ter em relação a salário e poder.

Dessa forma, além de pensar nas práticas e percepções das/os/es terapeutas ocupacionais em relação às pessoas que encontram e acompanham em contextos de atuação profissional, também é importante refletir sobre a representação da profissão, isto é, quem a compõe e como é percebida/experenciada nos contextos de prática e na sociedade como um todo, pois sua representação estabelece o modo como as/os/es profissionais se relacionam, entendem e são vistos em seus locais de trabalho.

4.2 Atuação Profissional

Em relação a atuação profissional as/os/es participantes citaram atuar em diferentes áreas da terapia ocupacional, sendo que alguns terapeutas ocupacionais citaram mais de uma área em que exercem a profissão atualmente. Dentre as 61 respostas, 10 terapeutas ocupacionais responderam que trabalham em duas áreas, 13 trabalham em três e sete trabalham em quatro ou mais áreas. As outras 30 pessoas citaram apenas uma área em que exercem a profissão atualmente. Dentre as áreas, Saúde Mental e Desenvolvimento Infantojuvenil tiveram o maior número de terapeutas ocupacionais exercendo a profissão, compondo 42,6% e 34,4% do total, respectivamente.

As outras áreas citadas foram: Terapia de Mão (13,1%), Gerontologia/Geriatria (11,5%); Políticas Públicas (11,5%); Saúde Coletiva (8,2%); Assistência Social (8,2%); Contexto Hospitalar (8,2%); Educação/Prática Escolar (8,2%); Cultura (6,6%); Saúde da Família (6,6%); Contexto Social (6,6%); Disfunção/Diversidade Funcional (6,6%); Saúde

Funcional (6,6%); Práticas Integrativas e Complementares (3,3%); Cuidados Paliativos (1,6%) e Saúde do Trabalhador (1,6%).

No item 'Outros' do formulário, foram citadas as seguintes áreas: Deficiência Intelectual, Reabilitação Neurológica, Mestrado, Docência Superior, Doutorado, Acompanhamento de Processos de Vida, Saúde Pública (serviço de HIV e IST), Educação Permanente em Saúde, Neuropsicologia e Inclusão Social de Pessoas com Deficiência.

Em relação à função que o/a/e profissional ocupa em seu trabalho atualmente, 32 participantes exercem duas ou mais funções como terapeuta ocupacional, e os outros 29 indicaram apenas uma função. Dessas funções, a Prática Clínica foi a mais citada, sendo mencionada 42 vezes (38,5%).

Seguindo a ordem das funções mais citadas, temos a Prática Comunitária/Territorial (14,7%), Prática Domiciliar (12,8%), Pesquisa (11,9%), Docência/Formação (10,1%), Gestão (6,4%), Assessoramento/Consultoria (5,5%). No item 'Outros' do formulário, também apareceu a função de formação em Serviço/ Facilitador de EPS.

Gráfico 3 – Função que as/os/es terapeutas ocupacionais ocupam atualmente (N=61).

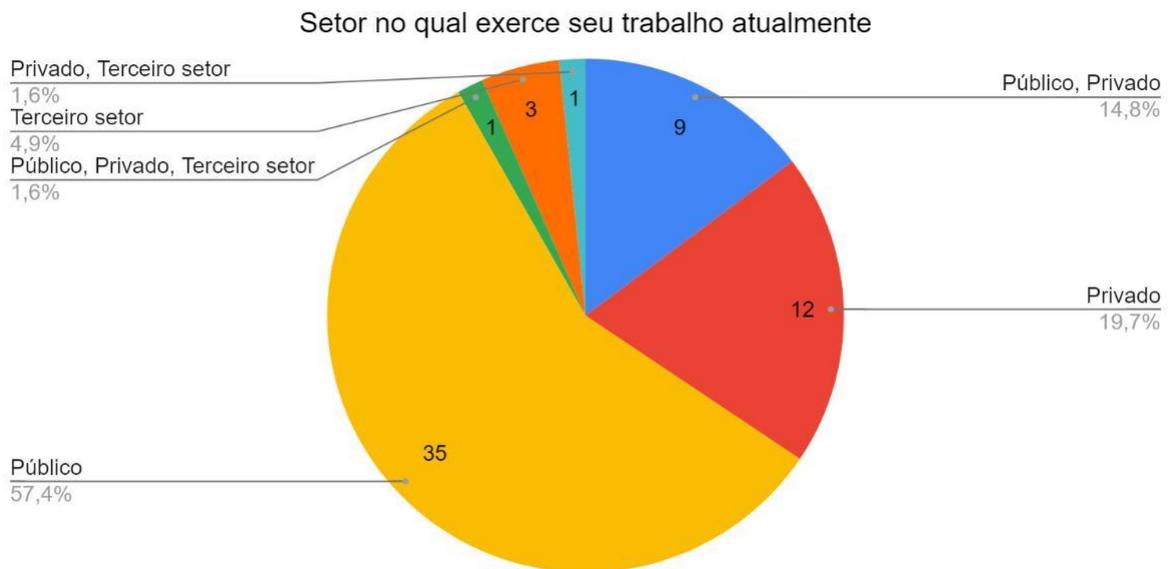


Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao setor no qual os profissionais mais exercem seu trabalho atualmente, o setor público é o que mais aparece, sendo 57,4% os profissionais que trabalham apenas neste setor. Já 19,7% das/os/es profissionais da pesquisa trabalham apenas no setor privado e 4,9% apenas no Terceiro Setor.

Dentre as/os/es 61 profissionais, 10 exercem a função em dois setores, principalmente no setor público e privado (14,8%), também aparece uma/um/ume profissional que exerce a profissão no setor privado e terceiro setor (1,6%). Apenas uma/um/ume terapeuta ocupacional exerce a profissão nos três setores (1,6%).

Gráfico 4 – Setor no qual as/os/es terapeutas ocupacionais exercem seu trabalho atualmente (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos estados onde as/os/es profissionais exercem a profissão (Gráfico 5), foram citados ao todo, 10 estados diferentes, contemplando diferentes regiões do país. O Sudeste foi a região mais citada, contendo 30 terapeutas ocupacionais no estado de São Paulo, cinco em Minas Gerais e cinco profissionais no Rio de Janeiro. Na região Sul, tivemos cinco profissionais do Paraná e dois no Rio Grande do Sul. No Nordeste, responderam um no Maranhão, um em Pernambuco e dois terapeutas ocupacionais no Ceará. E no Centro-Oeste tivemos um terapeuta ocupacional no Distrito Federal. É sabido que há um maior índice de Instituições de Ensino Superior na região sudeste, o que pode explicar a predominância de participantes destes estados.

Gráfico 5 - Estados em que as/os/es terapeutas ocupacionais exercem a atuação profissional.



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao curso/ciclo de vida das pessoas com quem os profissionais têm trabalhado atualmente, os adultos representam o maior público de ação da Terapia Ocupacional, representando 24%. Depois, as crianças e jovens, ambos com 17,3%, seguido pelos adolescentes (15,3%), idosos (14,8%), os bebês (7,7%) e por último gravidez e puerpério, representando 3,6% do público com que as/os/es terapeutas ocupacionais da pesquisa vêm trabalhando.

Gráfico 6 – Curso/ ciclo de vida das pessoas com quem as/os/es terapeutas ocupacionais trabalham atualmente (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Ainda no que se refere ao público acompanhado/atendido, as/os/es terapeutas ocupacionais identificaram qual o gênero destas pessoas, buscando reconhecer quais expressões de gênero esses profissionais se apresentam em seus contextos de atuação.

Considerando nesta questão 57 respostas, visto que 4 profissionais não responderam à pergunta, 52 dos profissionais da pesquisa trabalham com mulheres e homens cis em suas práticas. No entanto, 23 profissionais colocaram que também trabalham com mulheres trans, 20 com homens trans, 14 com gênero fluído, seis com pessoas agênero, cinco com pessoas *queer* e cinco com não binário. Panorama que representa a diversidade de gênero que existe em diferentes espaços de vida e contextos de atuação.

Gráfico 7 – Gênero das pessoas com quem as/os/es terapeutas ocupacionais trabalham atualmente (N=57).



Fonte: Elaboração própria.

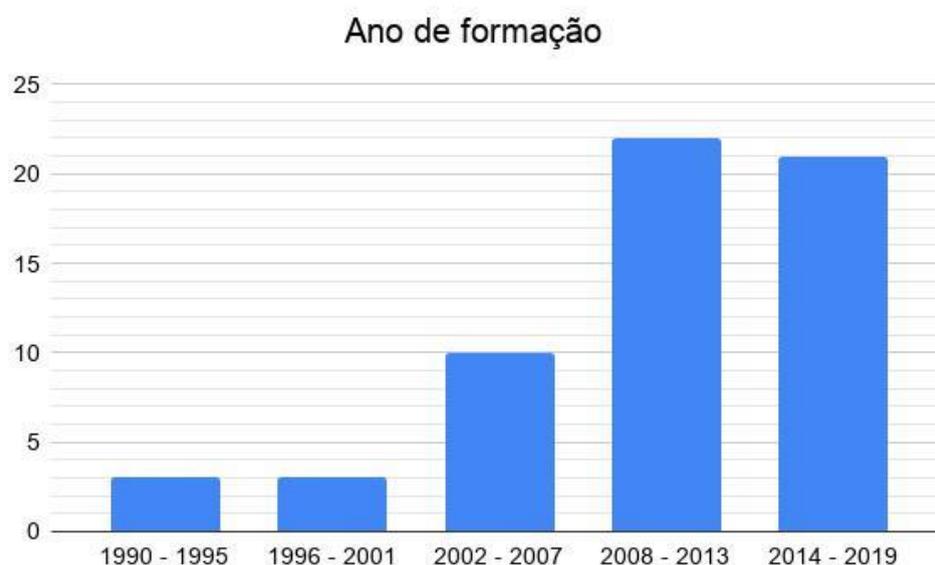
No item ‘Outros’, alguns terapeutas ocupacionais colocaram que trabalham com diversos e/ou não definidos, com travestis/transfemininas/transmasculinos, e também identificaram não ter presenciado relatos de nenhuma outra identificação além de mulher e homem cis. Nesta questão, houve um questionamento relacionado ao processo de desenvolvimento/criação/educação das crianças pelas famílias *“Poderia dizer que o gênero das crianças é mais imposto pelos pais e familiares do que algo que parta delas?”*, situação que evidencia processos de reflexão dos/das/des terapeutas ocupacionais durante participação na pesquisa.

4.3 Formação Acadêmica

Nessa seção do formulário, foi mapeado dados mais específicos sobre a formação acadêmica e matriz curricular das/os/es profissionais, com questões direcionadas ao ano em que concluíram a formação, a instituição de ensino, as discussões sobre a questão de gênero durante a formação e se estas discussões eram e são importantes para as/os/es terapeutas ocupacionais.

Os anos em que as/os/es profissionais se formaram foram muito diversos variando entre 1983 a 2019.

Gráfico 8 –Ano de formação das/os/es terapeutas ocupacionais (N=61).



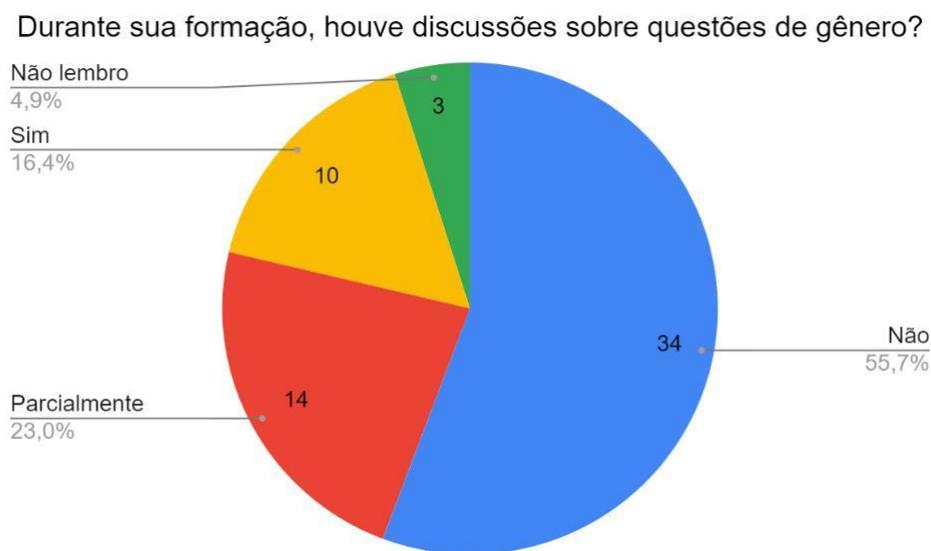
Fonte: Elaboração própria.

Com relação às Instituições de Ensino Superior nas quais os/as/es participantes cursaram a graduação em Terapia Ocupacional, muitas instituições foram citadas, contemplando diferentes estados. Entretanto, a instituição de ensino mais citada foi a Universidade Federal de São Carlos, com 21 terapeutas ocupacionais participantes da pesquisa. Tendo em vista, que a pesquisa em questão está vinculada a esta universidade, é possível que a divulgação tenha sido mais recorrente aos profissionais que se formaram nela.

As outras instituições mais citadas foram a Universidade de São Paulo (9,7%), a Universidade Federal do Pará (9,7%), a Universidade Federal do Paraná (6,5%) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (3,2%).

Quanto à formação e as discussões relacionadas a questão de gênero, mais da metade das/os/es profissionais da pesquisa (55,7%) não tiveram discussões sobre esta temática durante a graduação em Terapia Ocupacional.. 23% afirmam ter tido contato parcial com essas discussões; 16,4% relatam a existência desta temática na graduação e 4,9% dizem não recordarem.

Gráfico 9 – Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca das discussões sobre questões de gênero durante a formação (N=61).

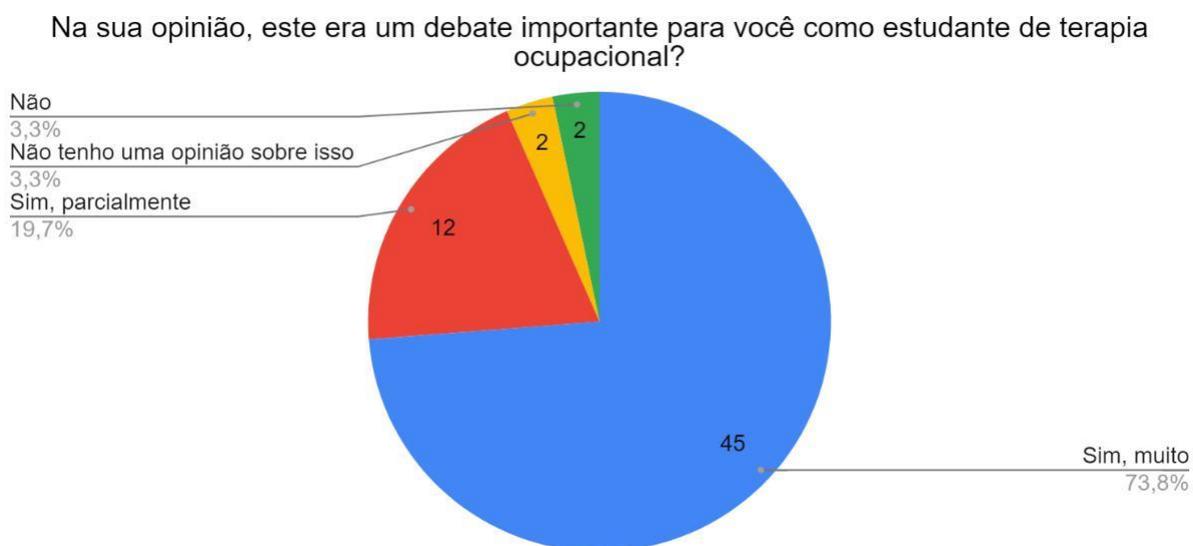


Fonte: Elaboração própria.

Considerando a significativa quantidade de profissionais que não tiveram contato com essa temática em sua formação, é possível perceber o quanto as discussões sobre gênero e papéis sociais teve pouca visibilidade nos debates e matriz curricular da Terapia Ocupacional.

Nenhuma pessoa que se formou antes do ano 2000 respondeu ter tido discussões sobre gênero em sua formação, dado que aponta para o quão recente é a inserção destes referenciais nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional, embora, a maioria das pessoas participantes da pesquisa tenha demonstrado, nas seções posteriores do formulário, compreender a importância destas discussões durante o processo de formação, como ilustra o Gráfico 10, abaixo:

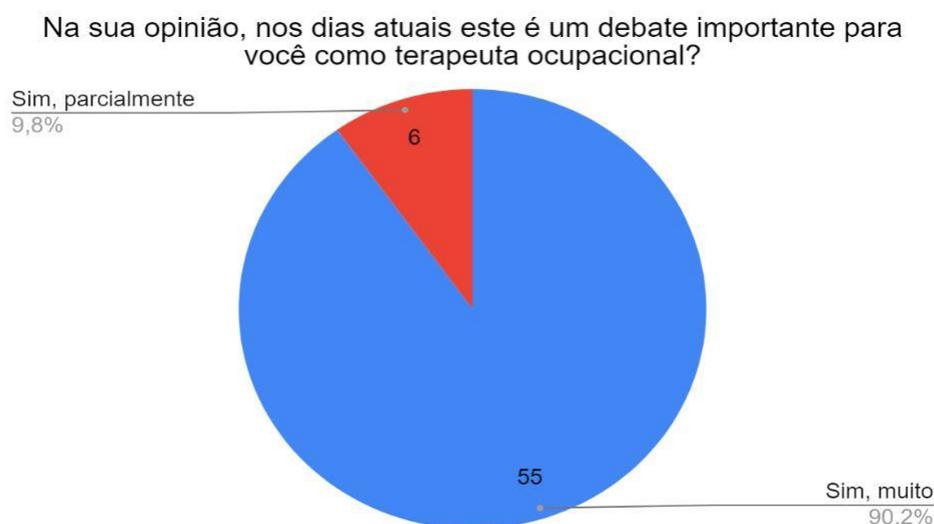
Gráfico 10 – Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca da importância do debate sobre gênero enquanto estudantes de terapia ocupacional (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a importância deste debate na atualidade, 90,2% das/dos/des terapeutas responderam que sim, a questão de gênero é um tema que deve e precisa ser ‘muito’ discutido na atualidade, enquanto os demais participantes (9,8%) acreditam que gênero é ‘parcialmente’ importante, demonstrando assim que a relevância desta temática é compreendida e pontuada como necessária por todas/todos/todes terapeutas ocupacionais participantes desta pesquisa.

Gráfico 11 – Análise das/os/es terapeutas ocupacionais acerca da importância do debate sobre gênero nos dias atuais (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Com base nas últimas perguntas do formulário, é interessante observar a mudança que houve em relação a intensidade com que as/os/es terapeutas ocupacionais avaliam a importância do debate sobre gênero. Todas/os/es colocaram que nos dias atuais este é um debate importante, ou seja, embora muitos não tenham vivenciado e acessado essas discussões durante o período de formação acadêmica, a percepção sobre gênero que tinham enquanto estudantes, se fortaleceu e/ou modificou ao longo da prática e atuação como profissionais.

No decorrer do formulário, ao analisar as respostas, observa-se que o processo de responder e refletir sobre a questão de gênero, produziu mudanças na percepção das/dos/des terapeutas ocupacionais participantes, pois, os que responderam “*não*” sobre importância do debate enquanto estudantes, colocaram “*sim, muito*” em relação aos dias de hoje, por exemplo. Nove pessoas que colocaram “*sim, parcialmente*”, depois colocaram “*sim, muito*” ao responderem a última questão apresentada. Outros dois profissionais que responderam “*não tenho uma opinião sobre isso*” enquanto estudantes, colocaram “*sim, parcialmente*” em relação a relevância do tema nos dias de hoje

De modo que, pautar o debate sobre gênero no campo da Terapia Ocupacional, criando espaços em que seja possível refletir sobre a os desdobramentos desta questão no âmbito de atuação das/dos/des terapeutas ocupacionais, é uma estratégia importante para

disparar transformações no modo como compreendem e se relacionam com gênero no cotidiano de trabalho e, possivelmente, no posicionamento político quanto a isso. Visto que, gênero é um dos marcadores sociais da diferença que fundamenta e estrutura a sociedade atual e, portanto, produz modos de vida e pertencimento que podem ser pautados e estarem atrelados a desigualdades e opressões diversas (BIROLI, 2018).

As/os/es participantes também relataram se depois de formadas/os/es buscaram informações e/ou formação sobre questões de gênero e quais foram as mais significativas. A maioria buscou informações/atualizações por meio de artigos e pesquisas científicas (52,5%), seguido de amigas/os/es (52,5%), mídias sociais (52,5%), internet (42,6%), outras/os/es profissionais (29,5), grupos militantes (27,9%), cursos (24,6%), eventos (23%), grupos de estudo (16,4%) e familiares (9,8%).

No item “Outros”, uma pessoa colocou que orientou um TCC, situação que propiciou maior contato com a temática. Outra/o/e pessoa escreveu *“na resolução sobre o prontuário”* (42) e umas das pessoas que afirma não ter buscado essas informações, escreveu: *“nesse segundo semestre de 2020 soube de alguns eventos online sobre o tema e considerei relevante, infelizmente não pude participar, mas posteriormente buscarei mais sobre o assunto, provavelmente pela internet.”* (49)

Destaca-se que a maioria das/os/es profissionais colocaram mais de um meio em que buscaram essas informações. Apenas seis participantes responderam não ter buscado nenhuma informação e outros nove utilizaram apenas um meio informativo para obtenção de informações sobre questões de gênero.

Bem como, a prevalência de pessoas que buscam essas informações em artigos e pesquisas científicos, sinalizando a importância e potência que os estudos nesta área têm para produzir avanços e transformações avançar das práticas no campo da Terapia Ocupacional.

Acrescenta-se a isto, os apontamentos feitos por professores que comentaram a busca de informações a partir da orientação de trabalhos, que oportunizaram tanto para alunos quanto professores a produção de atualizações e busca de informações conjuntamente, pois, há expressivo interesse de alunas/os/es novas em formação sobre este debate.

O uso da internet e das mídias sociais também se destacam como recurso que ganha maior espaço e visibilidade para construção de novas reflexões e discussões acerca da Terapia Ocupacional e questões de gênero.

4.4 Questões de Gênero e a Terapia Ocupacional

Na última seção do questionário, trabalhamos mais fortemente sobre questões de gênero e a prática profissional, abordando a compreensão que cada terapeuta possui sobre gênero, se realizam atividades relacionadas ao conceito de gênero durante sua atuação profissional e as influências e interferências que gênero pode deslocar em suas práticas. A princípio buscou-se identificar quais conceitos as/os/es terapeutas ocupacionais mais relacionam a questão de gênero.

Para tanto, foram apresentados conceitos chaves para contribuir para clareza na escolha de respostas por parte das/os/es terapeutas ocupacionais, já que tratamos de termos polissêmicos, sendo estes: **Biológico** - gênero se configura em decorrência da anatomia dos corpos (órgãos sexuais), ou seja a expressão de gênero deve estar atrelada somente ao sexo; **Social** - homens e mulheres são produtos da realidade social, assim, os papéis e modos de ser são construídos a partir da cultura; e **Político** - demarca um conceito para a defesa e avance dos direitos das mulheres. Também disponibilizamos o item “Outros” caso algum profissional tivesse outras compreensões acerca de gênero.

O conceito Social, neste caso, foi o mais assinalado, representando 73,8% das respostas, enquanto o conceito Político representou 11,5% das/os/es terapeutas ocupacionais e o Biológico 3,3% das/dos/des participantes.

No item Outros, algumas pessoas colocaram que gênero está mais relacionado a: *“Todas as opções” (1); “Direito de cada um escolher o que é para si, livre arbítrio!” (28); “Cunho pessoal” (4); “Não consigo dizer qual está “mais” relacionado. Acredito que os 3 são igualmente determinantes” (48); “Acredito que o conceito vai além das opções disponibilizadas. O que nos caracteriza enquanto pessoas e como pertencentes a grupos sociais e atuantes politicamente em nossos contextos, acredito ser mais profundo, porém não possuo o conhecimento profundo o suficiente para categorizar em um conceito apenas” (49); “Psíquico” (50); “Social e político” (61).*

Gênero é compreendido e experienciado de diferentes formas na sociedade, seja a partir do conceito que as pessoas conferem, do modo com que vivenciam suas próprias expressões de gênero, assim como a forma de compreender e conviver com as expressões das outras pessoas.

Seguindo o pensamento crítico feminista, gênero além de ser socialmente construído, também é compreendido como um conceito político para se pensar o avance e a garantia de direitos das mulheres e das populações LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,

Transsexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, referenciadas pelo símbolo +) (REIS, 2018) visto que, os diferentes papéis sociais a serem desempenhados por diferentes sujeitos, são definidos a partir de estereótipos construídos por meio de uma padronização e universalização branca, ocidental e heterocispatriarcal dos modos de ser e se expressar no mundo (BUTLER, 2010).

Cenário que reforça a necessidade de mapeamento e análise das percepções que terapeutas ocupacionais possuem sobre gênero, pois, suas práticas podem estar atreladas a estes estereótipos.

Referente às desigualdades produzidas por questões de gênero, 100% das respostas afirmam que “sim, muito”, evidenciando que todas/os/es terapeutas ocupacionais participantes da pesquisa identificam e concordam que existem muitas desigualdades estabelecidas por gênero e, portanto, um marcador social que pode contribuir significativamente para o perpetuamento das opressões estruturais em nossa sociedade e relações.

Logo, destaca-se as contradições identificadas nos posicionamentos das/dos/des terapeutas ocupacionais participantes, pois, se acreditam que que na sociedade existem desigualdades por razões de gênero, como não identificam com a mesma intensidade que nos dias atuais este é um debate urgente para a Terapia Ocupacional?

Ainda sobre a prática e atuação profissional, na seção relativa às possíveis definições das atividades a partir de gênero, como, por exemplo, maquiagem para mulheres; mecânica para homens; boneca para meninas; bola para meninos entre outros, 31 (50,8%) profissionais colocaram que “sim, parcialmente”, e outros sete (11,5%) colocaram que “sim, muito”.

Assim, mais da metade dos profissionais identificam em sua prática a interferência da questão de gênero nas escolhas das atividades terapêuticas, Enquanto, 22 (36,1%) terapeutas colocaram que “não, nunca” relacionam gênero nas escolhas de suas atividades terapêuticas e apenas uma pessoa colocou que não tem uma opinião sobre isso.

Gráfico 12 – Percepção sobre as atividades terapêuticas ocupacionais relacionadas ao gênero (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Neste ponto, buscamos entender quais fatores as/os/es terapeutas ocupacionais avaliam como motivadores para definição de atividades a partir de gênero, bem como as contradições que permeiam estes processos. A maioria das/os/es terapeutas ocupacionais identificaram apenas uma questão como influente nesta escolha, outros 14 identificaram dois fatores e oito profissionais identificaram três ou mais influências.

Dentre as opções disponibilizadas no questionário, os fatores que influenciam nas escolhas das atividades e que mais apareceram foram: pedido da própria pessoa e/ou grupo (55,7%); fator cultural e socialmente aceito (52,5%); pedido da família (18%); própria avaliação profissional (11,3%) e um profissional colocou não ter uma opinião sobre isso. No item “Outros” alguns terapeutas ocupacionais colocaram suas observações e outros apontamentos, sendo: “*Normas da instituição*” (01); “*Às vezes também fazemos e repensamos depois que poderíamos ter feito diferente e com mais crítica e reflexividade*” (02).

Salienta-se que entre as/os/es 22 (36,1%) profissionais que responderam “não, nunca” identificar e/ou definir suas atividades baseados em gênero, quase todas/os/es responderam que alguns fatores definem a escolha destas atividades. Dentre estes, nove profissionais responderam que é devido ao “pedido da própria pessoa e/ou grupo”; cinco afirmam “sua própria avaliação profissional”; outros cinco responderam ser devido ao “fator cultural e socialmente aceito”; dois pontuaram “pedido da família”; um pela necessidade

funcional/demanda da pessoa e apenas dois assinalaram que não definem atividades a partir de gênero.

Por conseguinte, é necessário reconhecer que, mesmo que tenham afirmado não definirem, nos espaços de atuação, as atividades a partir de gênero, quando refletem e afirmam existir fatores específicos influenciando a escolha das atividades que desenvolvem junto às populações atendidas, nos perguntamos, enquanto pesquisadoras, “estas escolhas não estariam atravessadas pelas normativas e estereótipos que as desigualdades de gênero produzem, inclusive, inconscientemente nas práticas?”, pois, os dados indicam divergências em relação ao raciocínio que as/os/es terapeutas constroem para estabelecerem as atividades e práticas que desenvolvem.

Quando nos deparamos com o “pedido da própria pessoa”, como fator determinante para escolhas pautadas em gênero, evidencia-se para nós, terapeutas ocupacionais e pesquisadoras, um importante caminho a ser trilhado, isto é, podemos acolher a proposição, sem aprofundamentos, ou a partir de uma análise crítica junto a pessoa/população atendida, considerando suas demandas, identificar os estereótipos que podem (ou não) estar permeando o desejo e, por consequência, influenciando seus papéis sociais. A fim de rompermos, portanto, com a reprodução de práticas e atividades, possivelmente, sexistas na terapêutica ocupacional, sob o argumento de “fator cultural e socialmente aceito”.

Em relação a isso, no espaço destinado a comentários, foram desenvolvidas reflexões com significativas estratégias sobre o modo como lidam com as questões de gênero em suas práticas:

“Procuro estimular a escolha dos recursos nas crianças e adolescentes, e quando o fazem de maneira repetitiva vou variando as atividades pra que experimentem bastante do repertório que tenho a oferecer no ambiente terapêutico, sem restrições. (33)”;

“Nos atendimentos a domicílio é mais comum acontecerem algumas situações com relação à distinção de tipos de brincadeiras (no atendimento às crianças) mas nunca aconteceu nenhuma situação de discussão profunda com os pais/cuidadores. Normalmente quando há o comentário eu explico a importância da atividade escolhida para o desenvolvimento do mesmo, e quando é a criança que escolhe, ressalto a importância do respeito às escolhas do mesmo para a autonomia futura” (49);

“Penso na questão de gênero na prática profissional como construção social” (58).

Na seção seguinte, ilustrada pelo Gráfico 13, objetivou-se mapear se as/os/es terapeutas ocupacionais identificam ou não interferências devido ao próprio gênero, na

relação estabelecida com os pacientes/clientes/usuários de sua atuação profissional, bem como as reflexões que possuem a esse respeito.

Gráfico 13 – Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais acerca das possíveis interferências de seu próprio gênero na atuação profissional (N=61).



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, então, que 71% das/dos/des respondentes, notam que seu gênero interfere/influencia na relação com as/os/es pacientes/clientes/usuários com as quais atuam profissionalmente. No campo para reflexões e comentários, foram narradas situações vivenciadas no ambiente de trabalho a partir das quais muitos/as/es profissionais identificaram questões que se assemelham e que reforçam cenários importantes da prática e na forma com que pacientes/clientes/usuários, assim como a equipe, entendem a profissão de Terapia Ocupacional e os papéis sociais.

Destacamos, sobretudo, as diferenças na validação de opiniões entre terapeutas homens e terapeutas mulheres. As/os/es terapeutas ocupacionais participantes da pesquisa, relatam perceber que as opiniões e orientações técnicas expressas por terapeutas homens, são melhor aceitas pelos usuários e pela equipe, tal como suas análises e avaliações clínicas, que são acolhidas com maior credibilidade quando comparadas às desenvolvidas por terapeutas mulheres, como evidenciado nos trechos a seguir (grifos nossos):

*“Muitas vezes sou desvalidada por ser **mulher**, percebo que ideias dadas por colegas homens são mais aceitas e necessitam de menos técnica ou respaldo científico para ser aceito.” (54)*

*“Quando dou alguma orientação é nítido que ela é mais aceita pelo fato de eu ser **homem**, visto principalmente quando estou com uma colega mulher e falo a mesma coisa que ela.” (18)*

“Quando coordenei grupos terapêuticos junto a profissionais homens, os usuários homens geralmente me desafiavam muito e invalidavam minhas intervenções, e quando meus colegas intervinham, isso era mais acolhido.” (6)

*“Já aconteceu uma situação que o cuidador me falou que acreditava que eu não conseguiria realizar os atendimentos por ser **mulher** e " não parecer tão forte [...]" (49)*

*“[...] os clientes e responsáveis chegam com estas predefinições de como devo ser por ser **mulher**, um exemplo: pai de um paciente que não aceitava a hipótese diagnóstica de TEA para o filho dele, sempre entrava na minha sala cruzava os braços e fechava a expressão enquanto eu dava a devolutiva das intervenções, achando que a visível insatisfação dele me faria voltar atrás em minha opinião profissional, esperando que eu fosse maleável, porém esse mesmo pai nunca teve tal conduta com profissionais homens que acompanhavam a criança também e que levantaram a mesma hipótese diagnóstica que eu” (33)*

Além, das visíveis desigualdades expressas nos relatos das/dos/des participantes, a violência de gênero, também surge como significativo fator, como relatado por mulheres que abordaram a questão do assédio e relatam a necessidade de “tomar cuidado” e repensar seus posicionamentos, vestimentas e expressões corporais, por medo de que possam alimentar ideias ou aproximações inadequadas, pois, afirmam que muitos pacientes homens acabam por entender o exercício de cuidado e o toque, por exemplo, como uma possível abertura para aproximação:

“Já aconteceu de homens entenderem o cuidado profissional como deixa para se aproximarem com afeição de mim como terapeuta. Sinto necessidade de estabelecer “distância” nas relações. Com mulheres isso nunca aconteceu.” (3)

“Realizo muitos trabalhos com homens e percebo que preciso estar sendo sempre cuidadosa sobre a forma como me comporto com eles, como falo, o tom da voz, as expressões corporais. Sou uma pessoa muito comunicativa e extrovertida, e noto que quando estou construindo ações com os homens, preciso modular muito este jeito porque pode facilmente ser interpretado de forma inadequada (como se eu estivesse dando "mole" para ele. Dando espaço para ele fazer uma investida). Ao mesmo tempo percebo que algumas vezes a adesão de alguns homens a algumas propostas de ação se dá com o interesse em estar perto de mim (suponho eu que para ver se vai ter espaço para "dar em cima"). (21)

“Devido à minha identificação com o gênero feminino, preciso pesar bastante o meu vestuário para o trabalho, pensando que atenderei pacientes e os pais dos pacientes, do sexo masculino, no sentido de evitar sofrer assédio.” (41)

Outro aspecto citado, refere-se a identificação das terapeutas ocupacionais mulheres com o papel de cuidado. Muitas observam que são lidas em suas práticas, com centralidade no papel e simbolismos do cuidar, principalmente, na atuação com crianças, visto que a figura feminina é, historicamente, associada ao instinto maternal (BIROLI, 2018) e, por isso, a uma imagem que pode vir a inspirar confiança.

“Faço maternagem e percebo que os usuários se vinculam a mim por essa via, de alguém que cuida, se importa.” (38)

A figura da profissional de Terapia Ocupacional do gênero feminino que pode ser associado pelos pais/responsáveis da criança à um possível "instinto maternal" influenciando na confiança depositada por estes. (55)

Algumas pessoas com deficiência em acolhimento institucional com quem trabalho me associam a uma figura materna. (46)

“Quando atribuem ao gênero feminino os papéis maternos, de cuidado.” (17)

“O papel da mulher em cuidar do outro.” (19)

Devido essa construção sobre feminino e cuidado, por parte dos familiares e cuidadores, alguns terapeutas ocupacionais relatam notar que há pais/famílias/cuidadores que não dispensam a mesma confiança aos terapeutas homens, quando comparados às mulheres, pois, compreendem o papel de cuidado como maternal e, portanto, associado e melhor desempenhado por mulheres (SORJ, 2004, 2013; CANTERO et al, 2012):

“Na área da TO é bem comum haver mulheres. Trabalhei numa equipe 97% composta por mulheres. O mais difícil era ser terapeuta homem nesta equipe. Os pais dos pacientes não gostavam e mostravam isso.” (11)

“Vejo que quando o profissional ou estagiário é homem (cis ou trans), alguns responsáveis ficam desconfortáveis.” (14)

Também foram feitos apontamentos acerca da identificação de papéis de gênero entre as/os/es terapeutas e as pessoas implicadas nas práticas, por exemplo, na prática clínica homens atendendo homens e mulheres atendendo mulheres. Nestas condições, ocorre possível e maior reconhecimento, devido a crença de que existem atividades que são

consideradas comuns entre ambos, cenário que facilita a criação de vínculo a partir da relação com alguém que exerce os mesmos papéis que o seu.

Nessa perspectiva, ressaltamos comentário de um terapeuta ocupacional:

“... em certas situações também já ouvi frases como “vai me ajudar a lavar roupa, sendo homem”, “Você sabe lavar uma louça”, principalmente quando atuava na atenção básica na qual estava mais próximo dos cotidianos e AVDs das pessoas” (36).

Essa fala representa muito a percepção dos papéis sociais, daquilo que são consideradas atividades femininas e masculinas, o que pode vir a interferir na relação entre terapeuta e paciente, tanto na atuação e na realização de atividades, como na produção de expectativas e possíveis fantasias sobre os comportamentos e atitudes esperados na prática profissional, de acordo com o gênero identificado da/o/e terapeuta ocupacional:

“Dependendo do contexto, homens se sentem mais à vontade em conversar com homens.” (09)

“Trabalho hoje em um serviço de saúde mental destinado a crianças e adolescentes. A maioria das familiares acompanhantes é mulher e existe uma identificação quando as atendo.” (13)

“Percebo identificação/transferência com as mulheres que trabalho (ouço frequentemente frases do tipo “você também é mulher, sabe como é).” (26)

“O fato de me identificar e me reconhecer enquanto mulher cis, me aproxima de muitas questões que tantas outras mulheres vivem e me sensibilizam para desenvolver uma prática profissional comprometida com o enfrentamento das desigualdades de gênero e as inúmeras violências de gênero existentes em nossa sociedade [...]” (59)

É notável que tanto a/o/e paciente/cliente/usuário quanto a/o/e terapeuta ocupacional podem identificar e transferir suas próprias vivências para a relação terapêutica, como o fato de uma terapeuta mulher se sensibilizar com outras mulheres, a partir de suas próprias percepções acerca da violência de gênero, do patriarcado e do machismo, entendendo que na sua prática ela pode ter maior disponibilidade e facilidade para entender essas situações por ser mulher, e, então, contribuir mais efetivamente para minimizar os efeitos da violência.

Com base nisso, o estudo e análise crítica das epistemologias feministas, no âmbito da Terapia Ocupacional, desvela-se como imprescindível para a construção de uma prática alicerçada e alinhada à produção de vida, aos processos emancipatórios e de empoderamento, ao enfrentamento das opressões estruturais e estruturantes que se perpetuam

em nossa sociedade e modos de vida por meio dos marcadores sociais da diferença (NARVAZ e KOLLER, 2006b; RIBEIRO, 2017; MORRISON e ARAYA, 2018; AMBROSIO, 2020).

Ainda sobre as interferências do próprio gênero na relação e processo terapêutico, a sexualidade também surge como um marcador importante para análise, como evidenciado no relato abaixo:

“Sobre o meu gênero não. Pois, como um homem cis homossexual, sou do tipo "passável", "passo por um heterossexual". No entanto, quando eu me performo no dia a dia, pelo modo de falar, de me vestir, etc., percebo os constrangimentos e resistências. Até em algumas manifestações sobre mim mesmo [...]”. (23)

As expressões, performances de gênero (mesmo vinculadas aos homens cis) e sexualidade estão, frequentemente, sujeitas a questionamentos e desvalorização, situação que implica, muitas vezes na privação de uma existência plena e pública (BUTLER, 2010, 2016). Numa sociedade machista e LGBTifóbica este terapeuta por não se apresentar de acordo com o papel esperado para um homem, tem não somente suas atitudes julgadas mas também, sua atuação profissional mais questionada que outras que performam padrões heteronormativos, por exemplo.

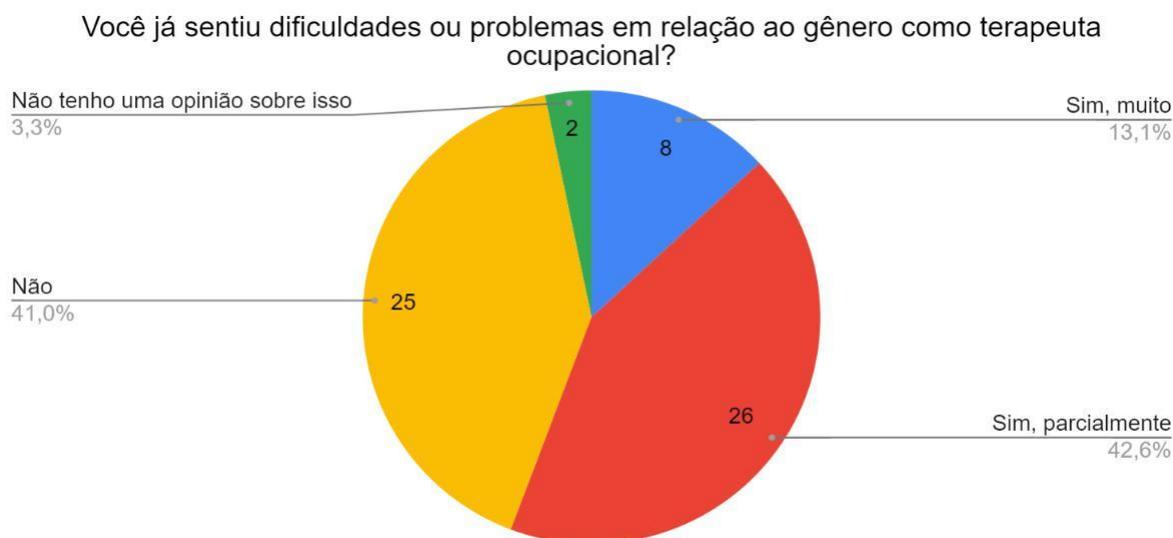
Ume terapeuta ocupacional, que se define “*genderfuck*”, relata desafios similares:

“Por ser sapatão e ter uma aparência considerada mais "masculina" a minha relação com as equipes e outros profissionais e, as vezes com os familiares, é bem difícil. Mas diretamente com os jovens que atendo, a minha aparência é considerada mais "descolada", e isso me aproxima muito da maioria das jovens, o que promove vínculo e maior abertura para tratar de temas que não há abertura com outros profissionais mais conservadores” (2)

A partir do papel cisheteronormativo, no qual se baseiam as expectativas da sociedade, as demonstrações e expressões que fogem ou que questionam essa norma, acabam por tensionar e criar incômodos no ambiente de trabalho e em outras esferas. Por outro lado, este relato demonstra que há aproximações e identificações que surgem justamente pela apresentação de uma performance não-normativa, dado o vínculo e maior confiança produzido no contato com populações mais jovens

Perguntamos se os profissionais sentem dificuldades ou problemas em relação ao gênero como terapeuta ocupacional.

Gráfico 14 – Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais sobre dificuldades ou problemas em relação ao gênero na prática profissional.



Fonte: Elaboração própria.

As/os/es profissionais pontuaram problemas tanto da relação com a equipe, quanto com as/os/es pacientes/clientes/usuários da intervenção profissional. Muitas falas discorrem sobre a validação de saberes e questionamentos dos conhecimentos das terapeutas mulheres. Outras relatam que se sentem desafiadas e questionadas sobre seus conhecimentos e técnicas, sentindo que precisam se posicionar muito mais do que os homens nos seus locais de trabalho. E há muitas que reafirmaram os casos de assédios sofridos no ambiente de trabalho e a atenção que elas precisam ter no cuidado e nas ações com os pacientes/clientes/usuários homens:

“Trabalho com dependência química, a maioria são pacientes homens, muitas vezes invalidam minha posição enquanto terapeuta, e algumas vezes são desrespeitosos no quesito sexual.” (44)

“Especificamente no relacionamento com profissionais de equipe homens, ao não me sentir respeitada nem valorizada por ser mulher (e terapeuta ocupacional). Após algum tempo de trabalho e muito trabalho, um dos profissionais passou a me ouvir, influenciando positivamente os outros. Mas, tempos depois numa reunião, ouvi que eu deveria ser uma exceção, pois apesar de mulher era inteligente e boa profissional. Na semana seguinte pedi demissão.” (43)

“Como mulher já senti dificuldade para me impor e afirmar minha opinião profissional no ambiente de trabalho diante de homens que assumiam posturas intimidadoras.” (33)

“O fato de ter nascido homem não me coloca limites para a atuação, infelizmente, isso abre muitas portas. Eu que preciso o tempo todo ficar me limitando, entendendo o lugar de ser homem nessa sociedade.” (18)

“Quando eu fiz estágio obrigatório durante a graduação em Terapia Ocupacional, fui assediada sexualmente por um funcionário do CAPS. Se eu fosse um homem cis, provavelmente isso não teria acontecido.” (41)

“Com a possibilidade de assédio devido ao contato manual e toque, que pode sugerir intimidade mesmo sem essa intenção.” (03)

Alguns apontamentos evidenciam as percepções socialmente construídas sobre a profissão e o papel da mulher. Por ser considerada como uma categoria de trabalho feminina e ocupada/exercida majoritariamente por mulheres, há pouco reconhecimento das contribuições enquanto campo de conhecimento e desvalorização das práticas desenvolvidas na Terapia Ocupacional (FIGUEIREDO et al, 2018):

“Referiam a minha profissão como algo somente para mulheres e que tricotar e pintar era para ocupar a cabeça e o vazio era a minha função enquanto terapeuta ocupacional.” (53)

O lugar da terapia ocupacional cruza muitas vezes com o papel social historicamente estabelecido da mulher, e intensifica situações de desvalor, em relação à função, às atividades, aos conceitos, aos cuidados, intervenções e discussões. (26)

Acho que tratam nossa profissão como a profissão maternal feminina e às vezes esperam da gente esse papel. Quando buscamos direitos por exemplo, às vezes geramos conflito com equipe, com a sociedade. (22)

Creio que a Terapia Ocupacional vem sendo conhecida e reconhecida como uma “profissão feminina”, de forma pejorativa, e isso já causa algumas dificuldades em relação à maior reconhecimento e valorização profissional. (61)

Ainda com relação se as/os/es profissionais tiveram dificuldades ou problemas com relação ao gênero como terapeutas ocupacionais, alguns também abordaram sobre as relações com pacientes e a identificação de violência/opressão de gênero vividas por elas/eles.

“Nos meus atendimentos de mulheres, sempre aparecem questões como violência doméstica, centralização dos aspectos românticos e maternos nos projetos de vida, relações de submissão em relação a homens, etc. E atender esses casos requer muita reflexão sobre porque isso está se passando na vida de mulheres, como intervir, como atuar para que elas possam compreender o que lhes passa e se reposicionar.” (06)

“Na minha prática: Dificuldade em acertar os pronomes no caso de pessoas trans após serem apresentadas pelo sexo e não pelo gênero. Essas informações faltam na ficha inicial da instituição. E o paciente só nos conta depois de algumas sessões quando já gravamos o jeito errôneo.” (15)

“[...] Em relação a garotas e mulheres, a dificuldade é romper com a opressão e o estigma.” (13)

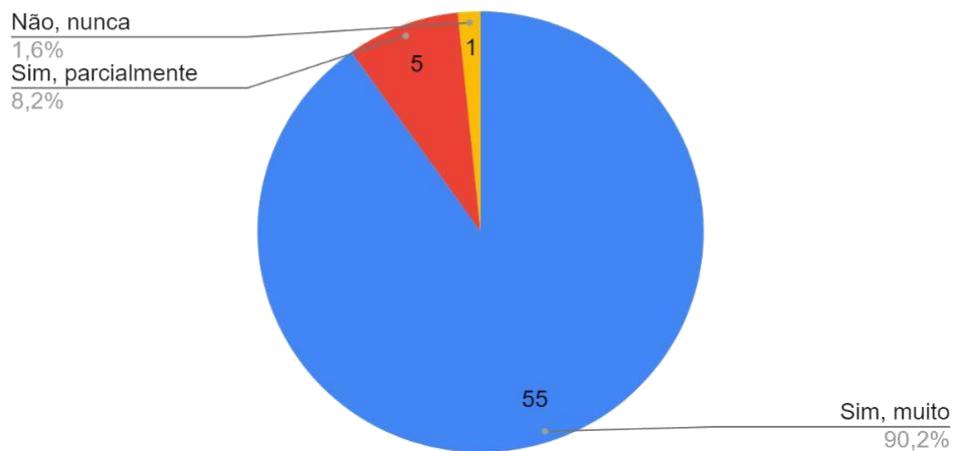
Compreende-se, nessa perspectiva, a percepção das/os/es terapeutas ocupacionais sobre a opressão vivenciada pelas/os pacientes a partir da categoria gênero, como a identificação de mulheres que sofrem de violência doméstica; que têm suas atividades e cotidianos pautados em relações desiguais; sobrecarga na distribuição das tarefas domésticas e maternas.

Assim como, o contato com pessoas transgêneras e as dificuldades no reconhecimento, seja do nome social ou como em relação aos papéis e desejos sociais, entre muitas outras situações que a questão de gênero pode permear o cotidiano e o exercício de direitos e de liberdade de cada uma/um/ume.

No que diz respeito à profissão, buscamos compreender se as/os/es participantes acreditam que a Terapia Ocupacional é uma profissão que deve questionar e repensar as reproduções dos papéis sociais de gênero em suas práticas. A maioria acredita que as reflexões e análises sobre gênero são muito importantes para ruptura das reproduções de estereótipos em suas práticas clínicas, representando 90,2% das respostas.

Gráfico 15 – Percepção das/os/es terapeutas ocupacionais se a profissão deve questionar e repensar as reproduções dos papéis sociais de gênero nas práticas (N=61).

Você acredita que a T.O. é um profissão que deve questionar e repensar as reproduções dos papéis sociais de gênero em suas práticas?



Fonte: Elaboração própria.

A partir disso, mapeamos os motivos que levaram as pessoas participantes a acreditarem que a Terapia Ocupacional deve questionar e repensar a reprodução dos papéis sociais em suas práticas, assim como quais aspectos da profissão eles/as acreditam que contribuem, ou não, para a perpetuação destes estereótipos.

Identificamos significativa sensibilidade por parte das/os/es terapeutas acerca da responsabilidade e ética profissional quanto a importância da diversidade e da liberdade de expressão dos sujeitos, a fim de que tenham suas atividades e ocupações desvinculadas das opressões e normas de gênero, entendendo que influenciam a forma como as pessoas se colocam e se relacionam nos seus cotidianos.

Em contrapartida, há profissionais que acreditam não ser necessário esse tipo de análise, visto que, *“Porque a terapia é individualizada, centrada no cliente”* (09). Dessa forma, não identifica a correlação das normas de gênero instituídas no contexto.

No entanto, partindo do pressuposto de que a Terapia Ocupacional trabalha com as ocupações, atividades humanas, cotidiano, entre outros termos, tal como com diferentes expressões de vida, é de se pensar que estas práticas e ações podem sim, estar atreladas às concepções pré-definidas de lugar e de papel social determinados pelo contexto sócio-histórico cultural.

De maneira, que muitas/os/es profissionais evidenciam essas reproduções e entendem a importância desse debate para a Terapia Ocupacional, como uma das estratégias para repensar seus referenciais de uma perspectiva mais crítica:

“Terapia Ocupacional trabalha com a ocupação e o papel social que o sujeito exerce na sociedade em que está inserida. Logo é agente transformador para repensar a repetição e reprodução de preconceito, julgamento moral e sofrimento para as pessoas em relação aos seus gêneros, que muitas vezes não são socialmente aceitos. (05)”

“[...] Tendo a pensar que estes pré estabelecimentos de comportamentos, ações, atitudes e intencionalidades impostos pelos papéis de gênero afetam/interferem/constituem diretamente o cotidiano das pessoas. E isto tem tudo a ver com a terapia ocupacional. (21)”

“O terapeuta ocupacional sempre irá focar nas atividades e ocupações desempenhadas pelo sujeito, e algumas vezes essas atividades são pré determinadas pelo seu papel social. Precisamos nos aprofundar mais nessa discussão para ampliar as oportunidades de atividades para todas as pessoas. (20)”

“Para mim, os papéis sociais são internalizações instituídas através das nossas ocupações. Ou seja, não é algo abstrato, e sim uma manifestação ocupacional, por aquilo que fazemos. Logo, se a nossa prática é no cuidado do envolvimento ocupacional das pessoas, o modo como concebemos os papéis sociais implicam em nossa prática. Observo que grande parte da nossa prática se dá na manutenção perversa e violenta de determinados papéis de gênero. (23)”

Os comentários demonstram os paradoxos existentes no cenário, no qual embora ainda se perpetuem reproduções de atividades vinculadas às diferenças de gênero, há também movimentos que impulsionam para novas produções, que buscam analisar criticamente as bases que fundamentam nossas práticas no campo da Terapia Ocupacional, comprometidas com uma epistemologia que abarque as diversidades e pluralidades de nossa sociedade (MONCLÚS, 2011, MORRISON e ARAYA, 2018; AMBROSIO, 2020), como indicado nas narrativas abaixo, no qual compreendem a Terapia Ocupacional como escolha política, ou seja, uma profissão que além de questionar, também deve lutar e buscar que os direitos de cada um/a/e sejam respeitados.

“Porque faz parte da vida. Esse olhar potente e genuíno que provoca e busca o respeito à diversidade e aos direitos de todas em suas essências singulares. A terapia ocupacional é uma escolha política. Deveria ser.” (02)

“Porque nosso foco essencial é a vida das pessoas da forma como elas são, em suas potencialidades de fazer, ser e se relacionar, que muitas vezes questiona/tensiona padrões sociais normativos, dentre eles, o de papéis sociais de gênero.” (16)

Ressaltando, assim tanto o compromisso ético da profissão sobre o respeito às escolhas de cada pessoa, como também o compromisso político para se pensar a transformação de normas de gênero. Pois, segundo Butler (2016, p. 14) “desfazer concepções binárias, dicotômicas, naturalizadoras e normatizadoras sobre os gêneros se transforma, assim, em um propósito epistemológico/político”:

“Eu tive um paciente trans que estava grávido e a ele foi negado ser chamado pelo nome; foi negado o papel ocupacional de pai, pois todos queriam que ele fosse mãe e ele não se sentia assim.” (04)

É evidente, assim, o quanto os corpos acabam sendo controlados por determinantes do sexo biológico, sobretudo no âmbito da reprodução e maternagem, compreendidas como algo estritamente feminino/papel de mãe. Ou seja, um homem trans que tem órgãos reprodutivos não pode ser visto como homem, independente de sua escolha, por esse papel de reprodução estar restrito às mulheres cis.

Deste modo, perceber o quanto as atividades, ocupações e papéis sociais - focos da intervenção em Terapia Ocupacional - estão ligados às normas reguladoras, ao discurso hegemônico da cisheteronormatividade de concepções binárias de gênero, é imprescindível enquanto compromisso ético-político do campo, a fim de questionar os papéis ocupacionais e as possíveis limitações/implicações na vida dos sujeitos.

Quanto a isso, a análise e compreensão da importância de deslocamentos na percepção sobre os papéis ocupacionais, suas raízes, seus significados socioculturais, mas também históricos e afetivos, também é parte fundamental da construção de caminhos mais críticos na Terapia Ocupacional:

Por que, muitas vezes, pensamos que os papéis ocupacionais são categorias duras, porém acredito que cada sujeito exerce seu papel social de maneira única. Não existe uma forma de ser mãe/pai por exemplo. A discussão sobre o desempenho de um papel ocupacional deve passar pela reflexão da história de vida e implicações social e política dos papéis ocupacionais. (57)

No âmbito das violências, procuramos identificar se as/os/es terapeutas já sofreram violência de gênero e em quais espaços isto já ocorreu. Os espaços que mais apareceram foram os espaços públicos representando 63,9%, seguido de espaços privados/casa (37,7%) e trabalho (34,4%). Outras questões citadas foram: “eu comigo mesma”, “assédio”,

“consultório médico” e um terapeuta ocupacional comentou que acerca do seu gênero não, mas já sofreu violência devido sua sexualidade. Sobre as pessoas que sofreram violências, observou-se que estas situações violadoras ocorreram em mais de um local/espço, dado que evidencia as múltiplas situações de vulnerabilidade e opressão que permeiam o cotidiano. Especialmente, mulheres e população LGBTI+.

Pois, entre as/os/es participantes da pesquisa que relataram nunca ter sofrido violência (14), a maioria se identificava enquanto do gênero masculino, dado que reforça como os sistemas de opressão atravessam inúmeras dimensões da vida das pessoas, e atingem em maior proporção e gravidade, pessoas/sujeitos/populações que não fazem parte/não estão alocadas nos padrões normativos impostos socialmente.

Nessa perspectiva, gênero é uma questão que está imbricada no cotidiano e vida das pessoas, portanto, enquanto terapeutas ocupacionais, analisar o emaranhado social que produz as violências e desigualdades, é um compromisso ético e político para ampliação dos referenciais teórico-metodológicos que orientam nossas epistemologias e práticas e transformação da sociedade.

A última seção do formulário destinou-se a identificar o interesse das/dos/des profissionais e suas experiências relacionadas a temática.

Neste espaço de trocas de experiências, notamos a existência de um leque complexo e diversificado de vivências e reflexões que as/os/es terapeutas ocupacionais têm feito sobre gênero e quais as os desafios que esses profissionais percebem em sua prática.

Foi possível identificar ações e estratégias que as/os/es terapeutas ocupacionais vêm utilizando em sua atuação profissional para discutir sobre gênero, seja com os pacientes, com a equipe e no espaço de trabalho, ou com relação a familiares e cuidadores. Bem como, comentários sobre estudos e pesquisas realizadas acerca deste tema e a correlação com a Terapia Ocupacional, seja no âmbito da graduação, em trabalhos de conclusão de curso, orientações acadêmicas, mestrado, ou busca pessoal/interesse neste, como recursos para pensar e produzir práticas mais humanas e diversas.

Entre as propostas apresentadas, destacamos:

- ✓ Conversas e dinâmicas em grupos para sensibilizar e discutir sobre o tema entre jovens;
- ✓ Propor as questões de gênero como pauta da reuniões de equipe nos locais de trabalho/atuação;

- ✓ Grupos direcionados a pessoas trans que desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual;
- ✓ Interesse em inserir atividades específicas que explicam questões de gênero para as crianças e adolescentes;
- ✓ Variar as brincadeiras e brinquedos no atendimento com as crianças;
- ✓ Utilização de indagações filosóficas;
- ✓ Uso de músicas, propagandas de televisão, notícias de jornal junto aos adultos para repensar conceitos e opiniões sobre gênero;
- ✓ Orientação de familiares e cuidadores a fim de ofertar um cuidado sem estigmas;
- ✓ Mini curso para agentes comunitárias de saúde sobre questões relacionadas ao gênero e sexualidade.

Situações que permeiam os processos de saúde-doença nas Instituições/Serviços de Saúde, a exemplo das violências domésticas e agressões sexuais, homofobia, HIV/IST, abuso sexual infantil, uso de substâncias, entre outros marcadores de saúde que estão correlacionados a questões sociais, como gênero, e representam, portanto, um desafio a ser enfrentado no campo da Saúde como um todo:

Eu tento trazer em grupos e em reuniões técnicas discussões sobre gênero e como isso implica em nossos atendimentos, principalmente no atendimento de violência sexual, homofobia, soropositividade, uso de substâncias, que são os casos onde tenho mais dificuldade de quebrar senso comum sobre gênero. (54)

Atualmente componho uma equipe do NASF-AB, no município de SP, onde os casos e situações de violências mais acompanhados e atendidos por mim e minha equipe do NASF-AB são: violência doméstica e familiar (física, psicológica, sexual patrimonial e moral), abuso sexual infantil e violência contra pessoas idosas. Por isso, considero impossível desenvolver uma prática profissional que não se atente para as questões de gênero e os demais marcadores sociais da diferença. (59)

Compreende-se, então, que gênero e suas implicações sociais são um fator de risco para a saúde, pois produz diversas ações de violência e riscos para a liberdade individual e integridade física das pessoas, sobretudo, mais vulnerabilizadas, sendo capaz de interferir na existência de modo geral, pois, afeta múltiplos espaços de vida e pertencimento.

Para uma produção teórico-prática coerente aos preceitos de liberdade e ruptura dos sistemas de opressão, gênero é uma categoria de análise que precisa ser considerada enquanto parte de um emaranhado complexo de desigualdades e injustiças sociais, que estão arraigadas

em nossa sociedade e se expressam violentamente a partir dos marcadores sociais da diferença: raça/etnia; sexualidades e identidades de gênero; classe social, entre outros.

Na perspectiva de análise proposta neste estudo, nossa compreensão de gênero parte da noção de que as desigualdades e violências ocorridas em decorrência dos estereótipos e normatizações, o configuram como fator de risco para a saúde que necessita de uma produção de cuidado, pautada na valorização da diversidade e pluralidade das pessoas e suas vivências, desejos e expressões no mundo, no compromisso em garantir seus direitos e cidadania, inserção e pertencimento social.

Como dificuldades e entraves para produção de práticas diferenciadas, foram citadas a dinâmica da Instituição que a/o/e terapeuta está inserido; a falta de interesse de outras/os/es profissionais com qual a/o/e terapeuta trabalha para discutir sobre este assunto entre equipe; a resistência de familiares mais conservadores e os limites de repertório quanto a recursos e estratégias para práticas não-normativas:

No âmbito da APAE é um pouco difícil focar em atuações específicas de gênero pela dinâmica da instituição, mas proponho algumas situações. [...] (01)

Atendemos muitos casos no CAPS 2, maior dificuldade já começa com o nome social, a discussão mais aprofundada nem chega a ocorrer por falta de interesse e conhecimento de outros profissionais. (29)

Futuramente gostaria de inserir em minha prática atividades específicas que expliquem questões de gênero para as crianças e adolescentes, atualmente encontro grande resistência com os pais que trazem falas preconceituosas relacionadas aos brinquedos e brincadeiras. (33)

Não é meu tema de trabalho direto, até porque trabalho com muitas famílias conservadoras e isso é um desafio diário [...] (61)

A prática da Terapia Ocupacional, a partir das experiências vividas pelas/os/es terapeutas da pesquisa indicam a urgência de repensar gênero sob uma perspectiva feminista crítica, desenvolvendo estratégias e ações teórico-práticas, junto aos profissionais, equipes, gestores, serviços, redes de atenção, familiares, cuidadores, comunidade e o território em que estão inseridos.

A fim de investigar e se apropriar mais do tema, compreendendo as diferentes expressões de gênero, os papéis sociais e ocupacionais esperados a partir do sexo, menos influenciada por características regulatórias, como indicado nas narrativas subsequentes:

Estudar gênero e suas tantas identidades (aqui me refiro aos dissidentes de gênero) me possibilitou ampliar minha visão de mundo, daquele que acredito como uma prática profissional potente e de vida, que proporciona o tal acolhimento bem feito, como tem que ser, pensando no cuidado como a pessoa deseja ser vista e cuidada, seja homem cis, trans, mulher cis, trans, travesti, etc... (31)

Acho importante para a prática, pois acabo por encontrar muitos pacientes com gêneros dissidentes daquilo convencional. É importante então que se repense e discuta sobre essa temática para que enquanto profissional não se reproduzam violências, dificuldades, barreiras, preconceitos e discriminação. Entender a construção histórica, social e cultural do gênero é importante. E considerar como seus processos de subjetivação influenciam a vida das pessoas pode nos auxiliar muito na prática, visando sempre uma perspectiva emancipatória e libertária. (36)

Isto amplia a minha consciência ética, a minha compreensão sobre as histórias da vida ocupacional de cada sujeito com quem eu trabalho, e a compreensão sobre os enfrentamentos de estigmas e outros processos de exclusão social. Enfim, este tema me constitui enquanto sujeito e como profissional. (42)

Em visto disso, a Terapia Ocupacional, como discutido na introdução, tem um importante papel a partir do reconhecimento e reflexão acerca do potencial que existe nas ocupações e nos espaços cotidianos, sendo estes, possíveis influenciadores de transformações sociais, como por exemplo, a possível identificação de violências vividas tanto pelas pessoas atendidas como as/os/as próprias/os/es terapeutas ocupacionais. Assim, a partir dessas reflexões pode ser possível repensar a atuação e as relações no ambiente de trabalho a fim de fortalecer espaços igualitários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o conceito de gênero, os papéis sociais e sua relação com Terapia ocupacional, em especial, desvelando a percepção das/dos/des terapeutas ocupacionais que participaram da pesquisa, a partir de reflexões sobre suas práticas nos espaços de atuação profissional. Para tanto, se propôs a mapear e compreender estas percepções à luz das perspectivas críticas feministas e decoloniais (OYĚWÙMÍ, 2004; DAVIS, 2011; RIBEIRO, 2017; MORRISON e ARAYA, 2018; SANTOS, 2018; AMBROSIO, 2020), entendendo gênero como essencial para transformação do conhecimento científico e referenciais teórico-metodológicos que orientam a prática das/dos/des terapeutas ocupacionais, por meio do estudo e análise das demandas e desigualdades sociais - fortalecidas pelos sistemas hegemônicos de poder e opressão - que afetam a vida de inúmeras pessoas/sujeitos/populações atendidas no âmbito da Terapia Ocupacional.

Em vista disso, esta pesquisa contribuiu para ampliação das discussões e avanços que tem sido desenvolvidos na última década, no compromisso e desejo de construção de uma Terapia Ocupacional fundamentada na descolonização dos saberes e engajada na proposição de práticas emancipatórias, articuladas a projetos de vida e existências livres e potentes, por meio de minuciosa análise das histórias e paradoxos que marcaram o surgimento da profissão, bem como das práticas desenvolvidas nos espaços de trabalho de profissionais que atuam em diferentes regiões do Brasil, tendo como guia o conceito de gênero.

Os resultados obtidos e as discussões desenvolvidas demonstram processos de exclusão e diferenças tanto entre homens e mulheres, quanto entre as pessoas cis e as pessoas dissidentes de gênero. Logo, as pessoas que não performam e não existem de maneira correspondente ao padrão cisheteronormativo estão mais sujeitas a sofrer discriminação; violências; dificuldades em exercer a cidadania plena; tem sua atuação profissional e lugar de pertencimento no mundo questionada; maiores riscos em saúde, entre outras condições de vulnerabilidade e acesso limitado. Seja na dinâmica relacional pacientes/clientes/usuários, quanto em relação aos próprios terapeutas ocupacionais e os contextos em que atuam.

Destaca-se a expressiva participação de mulheres cisgênero, público que majoritariamente tem representado a profissão, desde os primórdios de sua criação. Tal panorama, disparou questionamentos e reflexões acerca do lugar social da mulher e os estereótipos e fantasias com os quais se relacionam e a produção de novos modos de cuidar em Terapia Ocupacional (TESTA e SPAMPINATO, 2010; FIGUEIREDO et al, 2018).

Mapeamos, também, as percepções sobre os desafios que se apresentam no campo e nas diferentes áreas de atuação, sendo que as desigualdades sociais pautadas em gênero, são determinantes nos processos de reconhecimento e legitimidade profissional das/des terapeutas ocupacionais junto à equipe, às famílias e/ou cuidadores e no contato com pacientes/clientes/usuários. Pois, terapeutas ocupacionais homens têm suas avaliações e orientações técnicas, por exemplo, mais acolhidas e validadas, quando comparados às terapeutas mulheres e/ou LGBTI+.

As violências de gênero também se apresentaram nas narrativas e experiências relatadas por participantes da pesquisa, afetando, sobretudo, pessoas alocadas em grupos historicamente vulnerabilizados. Identificamos inúmeros relatos descritivos sobre os medos e inseguranças vividos nos ambientes de trabalho, o desconforto e intimidação produzidos nas relações com pacientes/clientes/usuários homens, profissionais homens e/ou com cuidadores e familiares, no que diz respeito ao assédio e desrespeito por serem mulheres e/ou LGBTI+.

A partir do formulário da pesquisa e engajamento das/dos/des participantes, foi possível perceber as transformações macro e micropolíticas que estão se desvelando na última década, especialmente, em relação à busca por conhecimento sobre temáticas de gênero no campo da Terapia Ocupacional. Identificamos mudanças no interesse e compromisso em produzir práticas não opressoras, disparadas por meio de reflexões sobre suas percepções e experiências entre a época de graduação e atuação na atualidade, enquanto profissionais técnicos/acadêmicos.

Todas/os/es as/os/es terapeutas ocupacionais identificaram que gênero produz desigualdades nas relações sociais, porém, nem todos classificam como urgente e fundamental o aprofundamento do tema e análise de suas influências nas práticas da Terapia Ocupacional. Ressalta-se a escassez deste debate durante a graduação de inúmeros profissionais, condição que possivelmente pode determinar o interesse e compreensão sobre a importância e validade do tema.

No que diz respeito ao conceito de gênero, a maioria das/os/es profissionais compreendem gênero, a partir de uma perspectiva social, identificando que os papéis e formas de ser são construídos a partir da cultura. Outras/es/os analisam gênero, enquanto conceito político.

Os resultados revelam, portanto, que há em desenvolvimento no campo da Terapia Ocupacional, uma ampliação sobre as construções epistemológicas de gênero, visto que apenas uma minoria dos profissionais o compreende exclusivamente como categoria biológica. Avanço fundamental para aprofundamento das pesquisas sobre o tema e

reinvenção das práticas numa perspectiva mais crítica sobre os marcadores sociais da diferença e as opressões e injustiças sociais que se perpetuam em nossa sociedade, tendo por base estas condições desiguais de existência, acesso e pertencimento (NARVAZ e KOLLER, 2006b; RIBEIRO, 2017).

Embora, muitas/muitos/muites profissionais tenham afirmado que não definem as atividades a partir de gênero, entre os fatores elencados como norteadores de suas práticas e escolhas, identificamos atravessamentos que são normatizados por questões de gênero.

Compreendemos que gênero é uma categoria intrínseca às relações sociais, marcada por contradições e envolta em emaranhados sociais produtores de desigualdades, que requerem uma análise mais aprofundada e crítica para que, de fato, possamos identificar a reprodução de ações e comportamentos que perpetuam violências e, assim, transformar nossos referenciais teórico-metodológicos, nossas práticas e posicionamento políticos, a fim de que se comprometam com transformações sociais, projetos de vida e liberdade aos direitos e cidadania.

No que diz respeito às percepções das/os/es terapeutas ocupacionais sobre dificuldades desencadeadas a partir do próprio gênero, nos espaços de atuação profissional, priorizam-se as desigualdades de gênero; o assédio e violências perpetuadas contra profissionais e populações atendidas que sejam identificadas como mulheres e/ou LGBTI+; a associação do cuidado prestado com maternagem; os preconceitos produzidos a partir de performances e expressões de existência plurais e diversas; desvalorização das práticas devido ao papel e lugar social subalternizado que foi construído para mulheres, pautado em sexismo; o desrespeito e falta de cuidado e acolhimento qualificado aos desejos, histórias de vida e escolhas de pessoas que não se encaixam nos padrões cisheteronormativos.

Em vista disso, afirmamos que gênero é uma categoria que perpassa inúmeros espaços de vida e é determinante enquanto fator de risco para os processos de saúde-doença; existência e pertencimento.

Nestas condições, sabendo que a Terapia Ocupacional se pauta no desenvolvimento de cuidados que se produzem nas relações e encontros com o outro, na análise e compreensão do cotidiano, das trajetórias de vida, dos afetos e dos desejos, gênero é uma questão da Terapia Ocupacional, visto que “[...] *faz parte da vida*” e, portanto, diz respeito ao compromisso que temos, enquanto, profissão e campo de conhecimento para construção de epistemologias alinhadas à busca por respeito às diversidades, às existências e expressões singulares e plurais de vida e pertencimento, pois “[...] *a Terapia ocupacional é uma*

escolha política. Deveria ser.”, como pontuado nestes trechos (grifo nosso) das reflexões desenvolvidas no decorrer desta pesquisa.

Mapeamos e identificamos, também, a construção de estratégias e práticas que tem sido permeadas e marcadas por empatia, sensibilidade e ética, como observado no relato das experiências de cuidado e trocas desenvolvidas por terapeutas ocupacionais, visando o respeito à diversidade e liberdade de expressão dos sujeitos, para que tenham seus desejos, suas singularidades, histórias, cotidiano, atividades e ocupações desvinculadas das opressões e normas de gênero, entendendo que há múltiplas manifestações de existência que, histórica e socioculturalmente, vêm sendo negadas, violentadas e invisibilizadas em nossa sociedade.

Evidenciamos, então, as ações macro e micropolíticas que estão sendo construídas em diferentes áreas de atuação, bem como os limites que se apresentam nas instituições e serviços nos quais se inserem as/os/es terapeutas ocupacionais, e por fim os tensionamentos e avanços que se materializam nestes espaços, tendo como precursor as questões de gênero.

A partir disso, foi possível reafirmar que gênero não se apresenta como uma categoria isolada, ao contrário, está alicerçada junto às outras opressões que estruturam nossa sociedade, como racismo; desigualdade de classe; colonização e ocidentalização de saberes e práticas, entre outros, de modo que as ações de mudança e transformação demandam um esforço coletivo de diferentes esferas da sociedade. Bem como, a busca e acesso a produções e referências teórico-práticas que estejam comprometidas com a produção de um conhecimento situado, crítico e decolonial.

Dessa forma, compreende-se que essa discussão é imprescindível para a Terapia Ocupacional, mas também para outras/os/es profissionais e campo da saúde. É necessário, portanto, compreender gênero e suas implicações sociais como um fator de risco multifatorial para a saúde, interseccionado por inúmeras outras categorias de opressão e violências, que limita ou nega o acesso à direitos sociais, interfere na participação social, na inclusão e igualdade de oportunidades, bem como na existência de vida digna e plena de inúmeras pessoas/sujeitos/populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSIO, L. (2020). **Raça, gênero e sexualidade: uma perspectiva da Terapia Ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12374>>. Acesso em: junho de 2021.

BICALHO, C. W. C. Brincadeiras infantis e suas implicações na construção de identidades de gênero. **Revista Médica de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 41-49, 2013. Disponível em: <<https://www.smp.org.br/arquivos/site/revista-medica/artigo6-23.pdf>>. Acesso em: outubro de 2019.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORIS, G. D. J.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, vol. VII, núm. 2, setembro, 2007, pp. 451-478 Universidade de Fortaleza, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27170212>>. Acesso em: outubro de 2019

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2016, p. 7-18. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30169/1/dissidencias-sexuais-genero-repositorio.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2021.

_____. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CANTERO, P.; et al. Ocupaciones de mujeres, ocupaciones de hombres: la influencia del sexo sobre la ocupación y sobre la profesión de la terapia ocupacional en España. **Revista Terapia Ocupacional Galicia**, A Coruña, v. 5, p. 96-124, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305501507_Ocupaciones_de_mujeres_ocupaciones_de_hombres_La_influencia_del sexo_sobre_la_ocupacion_y_sobre_la_profesion_de_Terapia_Ocupacional_en_Espana>. Acesso em: outubro de 2019.

COLLING, L. "INTRODUÇÃO: Caras Que Desfazem Gêneros." In: COLLING, L. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 19-42. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30169/1/dissidencias-sexuais-genero-repositorio.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2021.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: maio de 2021.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045/pdf>>. Acesso em: janeiro de 2021.

FERNANDES, M. G. M. Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 62, n. 5, p. 705-710, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/BdpWf5t3psqCnYfhNLMHknk/?lang=pt>>. Acesso em: novembro de 2020.

FIGUEIREDO, M. O.; et al . Terapia ocupacional: uma profissão relacionada ao feminino. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 1, p. 115-126, Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000100115&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fevereiro de 2021.

FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação & Crítica. Revistas da USP**. São Paulo. n.20, 2018. p. 40-55. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>>. Acesso em: janeiro de 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trad. SABOIA, V. A. In: HIRATA, H.; et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.67-75.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11- 43.

LOURO, G. L. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: **Revista Estudos Feministas** V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: outubro de 2020.

MONCLÚS, P. L. G. **Terapia Ocupacional: Una disciplina para la autonomía. Prácticas y discursos de Gubernamentalidad y subjetivación en torno a una ciencia emergente.** 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2011.

MORRISON, R.; ARAYA, L. Feminismo (s) y Terapia Ocupacional. Preguntas y reflexiones. **Revista Argentina de Terapia Ocupacional**, Argentina, v. 4, n. 2, p. 60-72, 2018. Disponível em: <<https://www.terapia-ocupacional.org.ar/revista/RATO/2018dic-conf.pdf>>. Acesso em: outubro de 2019.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, 18, 49-55. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: outubro de 2019.

_____. (2006b). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 11(3), 647-654. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: outubro de 2019.

OKA, M.; LAURENTI, C.. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade** [online]. 2018, v. 27, n. , pp. 238-251. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170524>>. Acesso em: maio de 2020.

OYĚWÙMÍ, O. “Conceitualizando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. **CODESRIA Gender Series**, Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: outubro de 2019.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, Editora (Brasil): Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal do Paraná, 2018.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2017. 112 p.

RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES J. A. O Desafio de Pesquisar: Reflexões sobre Metodologias e Feminismo a partir de uma Experiência de Pesquisa. Seminário Internacional

Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373330724_ARQUIVO_Trabalhocompleto-MariaNatalia.pdf>. Acesso em: dezembro de 2019.

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, p. 01-11, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e200112.pdf>>. Acesso em: outubro de 2019.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Katálysis**, v.13, n.1, p.11-9, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: outubro de 2019.

SARMIENTO, B. M.; et al. Percepción de la construcción de género en estudiantes de terapia ocupacional: una aproximación al género en la vida cotidiana. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 163-175, 2018. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1902/954>>. Acesso em: outubro de 2019.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 19-54, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>>. Acesso em: janeiro de 2021.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200006&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em: agosto de 2020.

SORJ, B. "Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais?". In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.

TABORDA, M.; RANGEL, M. Pesquisa Quali-quantitativa On-line: Relato de uma experiência em desenvolvimento no campo da saúde. **Atas – Investigação Qualitativa na Saúde**, v. 1, 2015. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/2/1>>. Acesso em: dezembro de 2019.

TESTA, D. E.; SPAMPINATO, S. B. Género, salud mental y terapia ocupacional: algunas reflexiones sobre la influencia de la historia de las mujeres y la perspectiva de género en nuestras prácticas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 2, p. 174-181, maio/ago. 2010.

VINUTO, J. A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZANGO MARTÍN, I. Terapia ocupacional desde una perspectiva intercultural: Análisis de las asunciones teóricas básicas. 2015. (Tesis Doctoral). Centro de Estudios SocioSanitarios, Departamento de Enfermería y Fisioterapia, Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha, 2015. Disponível em: <<https://ruidera.uclm.es/xmlui/handle/10578/7735>>. Acesso em: junho de 2021.

APÊNDICE 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa *“Por uma prática sem opressão: reflexões de terapeutas ocupacionais acerca dos papéis sociais de gênero e a prática profissional”*, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Você foi selecionada(o) para participar dessa pesquisa devido seu interesse pelo tema e sua atuação como terapeuta ocupacional há pelo menos dois anos.

O objetivo deste estudo é analisar as percepções de terapeutas ocupacionais acerca de suas concepções sobre gênero e discutir sobre papéis sociais baseados no gênero e a relação com as intervenções/práticas em terapia ocupacional.

Sua participação é voluntária, não obrigatória, e livre de qualquer tipo de remuneração. Será realizada em formato remoto e consistirá em responder um formulário online do Google®. Para responder este formulário você vai levar entre 15 a 20 minutos e limita-se ao envio de uma única resposta, ou seja, cada participante, se aceito o convite, participará uma única vez. A divulgação desta pesquisa foi feita através de convites abertos em plataformas virtuais, como e-mail ou redes sociais: Facebook®, Instagram® e *Whatsapp*®.

Em relação aos riscos da participação nesta pesquisa, observamos que poderá gerar cansaço ou desgaste ao responder o questionário, ou ainda, desconforto emocional ao identificar, lembrar e descrever algumas situações relacionadas ao machismo e ao patriarcado. Sendo assim, não há nenhuma obrigatoriedade em responder quaisquer perguntas que lhe causem desconforto. Você pode interromper a entrevista no momento em que lhe for mais conveniente.

Em relação aos benefícios você estará contribuindo com a pesquisa na área, de um tema ainda incipiente e pouco publicizado, sendo assim, favorecerá a compreensão de como terapeutas ocupacionais têm vivenciado esses temas e situações em suas práticas cotidianas, atingindo de forma indireta muitos/as outros/as profissionais. Contribuindo para o avanço da

área por meio da contribuição da investigação científica e produção de conhecimento em terapia ocupacional sobre o tema.

O formulário a ser respondido foi avaliado por quatro terapeutas ocupacionais *experts* da área, além de ser testado para ser validado como instrumento de pesquisa, além de evitar riscos e desconfortos. Ainda assim, se você se sentir desconfortável poderá entrar em contato direto com as pesquisadoras que serão oferecidos espaços de acolhimento individualizado. Em casos de requerer cuidados mais intensivos serão oferecidas sessões individualizadas de cuidado em terapia ocupacional e, ainda, realizadas as devidas orientações para a procura de atendimento terapêutico, caso seja avaliada a necessidade.

Em qualquer momento da pesquisa, antes, durante ou depois, você poderá pedir esclarecimentos quanto aos estudos do qual é participante. Caso você se arrependa de sua participação ou por qualquer outro motivo, decidir que não quer mais participar, você poderá pedir para que seus dados não sejam utilizados na pesquisa.

Ressaltamos também, que os dados referentes a sua identidade (como nome e e-mail), em hipótese alguma serão divulgados, sendo mantido o seu direito à privacidade. Sendo assim, caso deseje, você pode desistir da sua participação e retirar seu consentimento. Reiteramos que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a Universidade Federal de São Carlos.

Espera-se que o trabalho contribua para a reflexão sobre as práticas de terapeutas ocupacionais em todos campos de atuação. Devido às expectativas da sociedade para com cada pessoa, através de normas impostas sobre papéis e modos de ser desde o nascimento, é possível que a prática de terapeutas ocupacionais estejam atreladas a esse modo de agir e pensar sobre os corpos. Assim como, a forma de se relacionar das pessoas em processos terapêutico ocupacionais, em relação a expressão de gênero das/dos terapeutas ocupacionais. Dessa forma, espera-se que o estudo contribua para identificar essa realidade e repensarmos sobre temáticas que precisam ser melhor debatidas no campo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Fernanda Desuó Gomes – graduanda em Terapia Ocupacional/UFSCar Rodovia Washington Luís, KM 235 – Monjolinho, CEP: 13565-905/ São Carlos-SP Telefone: (16) 992231438

Carla Regina Silva – Professora orientadora Terapia Ocupacional/UFSCar Rodovia Washington Luís, KM 235 – Monjolinho, CEP: 13565-905/ São Carlos-SP Telefone: (16) 3551-8743

Essa é uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo realizada no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos pela aluna de graduação Fernanda Desuó Gomes (Telefone: 16-99223-1438, E-mail: fdesuogomes@gmail.com), sob orientação da Profa. Dra. Carla Regina Silva (Telefone: 16-3551-8743 e E-mail: carlars@ufscar.br).

Caso concorde com os termos acima e autorize compartilhar suas respostas com as pesquisadoras para utilização nesta pesquisa e na publicação de seus resultados, assinale:

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar e em divulgar os dados solicitados anonimamente.

() O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil (016) 3351-8028. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

Assinatura do/a/e colaborador/a/e da pesquisa

São Carlos, ____ de _____ de 2020.

APÊNDICE 2

Formulário “Reflexões de Terapeutas Ocupacionais sobre Papéis Sociais de Gênero e a Prática Profissional”

Seção 1

1. Sobre o Formulário

Este formulário é parte metodológica da Pesquisa “Por uma prática sem opressão: reflexões de terapeutas ocupacionais acerca dos papéis sociais de gênero e a prática profissional”. Sendo, dessa forma, um instrumento para coleta de dados a fim de analisar as possíveis reflexões de diferentes terapeutas ocupacionais acerca das questões sobre gênero.

1.1 Participantes da Pesquisa

Este formulário deve ser respondido por terapeutas ocupacionais que tenham no mínimo dois anos de exercício profissional. As/Os/Es profissionais podem ser de qualquer área ou especialidade e atuar em qualquer cidade do Brasil.

Seção 2

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A pesquisa “Por uma prática sem opressão: reflexões de terapeutas ocupacionais acerca dos papéis sociais de gênero e a prática profissional” foi aprovada pelo Comitê de Ética de pesquisas com seres humanos (Parecer nº: 4.371.876) e está vinculada ao Grupo de

Pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (AHTO) e ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa *“Por uma prática sem opressão: reflexões de terapeutas ocupacionais acerca dos papéis sociais de gênero e a prática profissional”*, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Você foi selecionada(o) para participar dessa pesquisa devido seu interesse pelo tema e sua atuação como terapeuta ocupacional há pelo menos dois anos.

O objetivo deste estudo é analisar as percepções de terapeutas ocupacionais acerca de suas concepções sobre gênero e discutir sobre papéis sociais baseados no gênero e a relação com as intervenções/práticas em terapia ocupacional.

Sua participação é voluntária, não obrigatória, e livre de qualquer tipo de remuneração. Será realizada em formato remoto e consistirá em responder um formulário online do Google®. Para responder este formulário você vai levar entre 15 a 20 minutos e limita-se ao envio de uma única resposta, ou seja, cada participante, se aceito o convite, participará uma única vez. A divulgação desta pesquisa foi feita através de convites abertos em plataformas virtuais, como e-mail ou redes sociais: Facebook®, Instagram® e *Whatsapp*®.

Em relação aos riscos da participação nesta pesquisa, observamos que poderá gerar cansaço ou desgaste ao responder o questionário, ou ainda, desconforto emocional ao identificar, lembrar e descrever algumas situações relacionadas ao machismo e ao patriarcado. Sendo assim, não há nenhuma obrigatoriedade em responder quaisquer perguntas que lhe causem desconforto. Você pode interromper a entrevista no momento em que lhe for mais conveniente.

Em relação aos benefícios você estará contribuindo com a pesquisa na área, de um tema ainda incipiente e pouco publicizado, sendo assim, favorecerá a compreensão de como terapeutas ocupacionais têm vivenciado esses temas e situações em suas práticas cotidianas, atingindo de forma indireta muitos/as outros/as profissionais. Contribuindo para o avanço da área por meio da contribuição da investigação científica e produção de conhecimento em terapia ocupacional sobre o tema.

O formulário a ser respondido foi avaliado por quatro terapeutas ocupacionais *experts* da área, além de ser testado para ser validado como instrumento de pesquisa, além de evitar riscos e desconfortos. Ainda assim, se você se sentir desconfortável poderá entrar em contato direto com as pesquisadoras que serão oferecidos espaços de acolhimento individualizado.

Em casos de requerer cuidados mais intensivos serão oferecidas sessões individualizadas de cuidado em terapia ocupacional e, ainda, realizadas as devidas orientações para a procura de atendimento terapêutico, caso seja avaliada a necessidade.

Em qualquer momento da pesquisa, antes, durante ou depois, você poderá pedir esclarecimentos quanto aos estudos do qual é participante. Caso você se arrependa de sua participação ou por qualquer outro motivo, decidir que não quer mais participar, você poderá pedir para que seus dados não sejam utilizados na pesquisa.

Ressaltamos também, que os dados referentes a sua identidade (como nome e e-mail), em hipótese alguma serão divulgados, sendo mantido o seu direito à privacidade. Sendo assim, caso deseje, você pode desistir da sua participação e retirar seu consentimento. Reiteramos que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a Universidade Federal de São Carlos.

Espera-se que o trabalho contribua para a reflexão sobre as práticas de terapeutas ocupacionais em todos campos de atuação. Devido às expectativas da sociedade para com cada pessoa, através de normas impostas sobre papéis e modos de ser desde o nascimento, é possível que a prática de terapeutas ocupacionais estejam atreladas a esse modo de agir e pensar sobre os corpos. Assim como, a forma de se relacionar das pessoas em processos terapêutico ocupacionais, em relação a expressão de gênero das/dos terapeutas ocupacionais. Dessa forma, espera-se que o estudo contribua para identificar essa realidade e repensarmos sobre temáticas que precisam ser melhor debatidas no campo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Essa é uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo realizada no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos pela aluna de graduação Fernanda Desuó Gomes (Telefone: 16-99223-1438, E-mail: fdesuogomes@gmail.com), sob orientação da Profa. Dra. Carla Regina Silva (Telefone: 16-3551-8743 e E-mail: carlars@ufscar.br).

Caso concorde com os termos acima e autorize compartilhar suas respostas com as pesquisadoras para utilização nesta pesquisa e na publicação de seus resultados, assinale:

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar e em divulgar os dados solicitados anonimamente.

() O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, km 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil(016) 3351-8028. Endereço eletrônico: [≤cephumanos@ufscar.br>](mailto:cephumanos@ufscar.br).

Seção 3

Sobre você

1. Idade

20 a 29 anos

30 a 39 anos

40 a 49 anos

50 a 59 anos

60+

2. Com qual gênero você se identifica?

A Identidade de gênero é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

* Agênero - Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero.

* Cisgênero - “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-”. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. (Por exemplo, nasceu com sexo biológico feminino e se identifica/sente como mulher).

* Gênero fluído - A pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros.

* Transgênero - São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. O termo contempla travestis, transexuais, não-binários,

crossdressers, drag queens.

* Transexual - Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero.

* Travesti - Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade.

* Queer - Utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ou expressão de gênero. Algumas pessoas definem seu gênero como queer, ou como *genderqueer* (“gênero queer”), por não quererem/saberem defini-lo além de “nem homem, nem mulher”, ou por desafiarem as normas de ser homem ou mulher. Definições retiradas do Manual de Comunicação LGBTI+ [REIS, Toni. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+/Gay Latino, 2018.]

Agênero

Mulher cis

Mulher trans

Homem cis

Homem trans

Gênero Fluído

Queer

Prefiro não dizer

Outros

3. Em que área você exerce a profissão atualmente?

Acupuntura

Contextos Hospitalares

Contextos Sociais

Cuidados Paliativos

Cultura

Desenvolvimento Infanto Juvenil

Disfunção/Diversidade Funcional

Educação/Prática Escolar

Geronto/Geriatria

Políticas Públicas

Práticas Integrativas e Complementares (PICS)

Saúde Coletiva

Saúde da Família

Saúde Funcional

Saúde Mental

Saúde do Trabalhador

Setor de Segurança

Trabalho/Empreendimentos/Geração de Renda

Terapia de Mão

Outros

4. Função que ocupa em seu trabalho atualmente (indique quantas forem necessário)

Assessoramento/Consultoria

Gestão

Docência/Formação

Prática Clínica

Prática Comunitária/Territorial

Domiciliar

Pesquisa

Outros

5. Setor no qual exerce seu trabalho atualmente

Público

Privado

Terceiro Setor

Outros

6. Cidade e Estado onde exerce sua atuação profissional

7. Curso/ ciclo de vida das pessoas com quem trabalha como TO atualmente

Gravidez e Puerpério

Bebês

Crianças

Adolescentes

Jovens

Adultos

Idosos

Outros

8. Qual o gênero das pessoas com quem trabalha como TO atualmente?

Agênero

Mulher cis

Mulher trans

Homem cis

Homem trans

Gênero fluído

Queer

Prefiro não dizer

Não binário

Outros

Seção 4

Sobre sua formação

1. Ano de formação

2. Em qual Instituição de Ensino Superior você realizou sua formação graduada em T.O.?

3. Durante sua formação, houve discussões sobre questões de gênero?

Sim.

Não.

Parcialmente.

Não lembro.

4. Na sua opinião, este era um debate importante para você como estudante de terapia ocupacional?

Sim, muito

Sim, parcialmente

Não

Não tenho uma opinião sobre isso

5. Na sua opinião, nos dias atuais este é um debate importante para você como terapeuta ocupacional?

Sim, muito

Sim, parcialmente

Não

Não tenho uma opinião sobre isso

Seção 5

Questões de Gênero e a sua Prática Profissional

1. Para você, gênero está mais relacionado a qual conceito

Biológico - Gênero se configura em decorrência da anatomia dos corpos (orgãos sexuais), ou seja a expressão de gênero deve estar atrelada somente ao sexo.

Social - Homens e Mulheres são produtos da realidade social, assim, os papéis e formas de ser são construídos a partir da cultura.

Político - Demarca um conceito para a defesa e avance dos direitos das mulheres.

2. Depois de formada/o/e você buscou informações e formação sobre questões de gênero? Se sim, quais foram as experiências mais significativas?

Não busquei

Amigas/os/es

Familiares

Outras/os/es profissionais

Cursos

Eventos

Artigos e Pesquisas

Grupos de Estudo

Grupos Militantes

Mídias Sociais

Internet

Igreja

Outros

3. Você acha que na sociedade existem desigualdades por razões de

gênero? Sim, muito

Sim, parcialmente

Não

Não tenho uma opinião sobre isso

4. Você identifica que durante sua atuação profissional você define algumas atividades relacionadas ao gênero? (por exemplo: maquiagem para mulher, mecânica para homens; cozinha/lar para mulher, armas para homens; enfermagem/docência para mulher, heróis para homens; boneca para meninas, bola para meninos).

Sim, muito.

Sim, parcialmente.

Não, nunca.

Não tenho uma opinião sobre isso.

5. De acordo com a questão anterior, você avalia que define algumas atividades relacionando-as ao gênero devido a:

Sua própria avaliação Profissional

Pedido da própria pessoa e/ou grupo.

Pedido da Família.

Fator cultural e socialmente aceito.

Não tenho uma opinião sobre isso.

Outros

6. Você identifica que seu gênero interfere na relação estabelecida com as/os/es participantes de sua atuação profissional?

Sim, muito.

Sim, parcialmente.

Não, nunca.

Não tenho uma opinião sobre isso.

7. De acordo com a questão anterior, poderia dar algum exemplo ou apresentar alguma reflexão a respeito desta relação?

8. Você acredita que a T.O. é um profissão que deve questionar e repensar as reproduções dos papéis sociais de gênero em suas práticas?

*Papéis Sociais se referem aquilo que se tornou característico em relação a comportamentos e atitudes dos homens e das mulheres no contexto social. Dessa forma, retrata as diferenças de responsabilidades, estatutos, expressões e o lugar social que acabam sendo definidos a partir do sexo biológico, gerando expectativas sociais em relação aos papéis femininos e masculinos que acabam compondo a formação da identidade de gênero. (FERNANDES, 2009).

Sim, muito

Sim, parcialmente

Não, nunca

Não tenho uma opinião sobre isso

9. Por quê? Comente sua resposta anterior.

10. Você já sofreu violência de gênero? Caso tenha sofrido, consegue identificar em quais desses espaços?

Espaços Públicos

Espaços Privados/Casa

Trabalho

Outros

11. Você já sentiu dificuldades ou problemas em relação ao gênero como terapeuta ocupacional?

Sim, muito

Sim, parcialmente

Não, nunca

Não tenho uma opinião sobre isso

12. Você poderia comentar a resposta anterior e/ou dar um exemplo?

13. Se por acaso esse é um tema do seu interesse na relação com sua prática profissional, você poderia contar mais sobre sua experiência?

14. Você indicaria esta pesquisa para algum colega profissional (TO com formação de pelo menos dois anos)?. Se sim, poderia nos deixar nome e e-mail de contato?